



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Rua Almino Afonso, 478 - Bairro Centro, Mossoró/RN, CEP 59610-210
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - <http://portal.uern.br/>

EDITAL Nº SRP 08/2026/2026

Processo nº 04410277.001089/2025-21

PREGÃO 08/2026

Contratante:	Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Código da UASG:	925543
Objeto:	Registro de preços para aquisição aquisição de itens de informática para toda a instituição
Valor da contratação:	R\$ 1.023.900,33
Data da sessão pública:	01/07/2026
Horário:	08:00 (horário oficial de Brasília)
Local para o envio das propostas e da sessão pública:	Portal de Compras do Governo Federal - https://www.gov.br/compras/pt-br
Critério de Julgamento:	menor preço por item
Modo de Disputa:	aberto e fechado
Tratamento favorecido ME/EPP/Equiparadas:	sim
Margem de preferência para algum item:	não
Locais para obtenção do edital:	UERN ; COMPRASNET ; TCE

Torna-se público que a Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - FUERN, por meio da Diretoria de Licitações e Contratos, sediada na Rua Quintino Bocaiuva, sn - Ed. Epílogo de Campos, Centro, Mossoró/RN, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), do Decreto n. 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Estadual 21.008, de 12 de janeiro de 2009, Decreto Estadual nº 32.449, de 07 de março de 2023, Lei Complementar Estadual nº 675 de 06 de novembro de 2020, do Decreto Estadual nº 30.753, de 22 de julho de 2021) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para aquisição aquisição de itens de informática para toda a instituição, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se

tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. **A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte,** nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4. e 3.9.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4. e 3.9.5. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.16. A vedação de que trata o item 3.10. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação **não será de caráter sigiloso.**

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.11. e 7.12.3. deste Edital.
- 5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.
- 5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.
- 5.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.
- 5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.8.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 5.8.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 5.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 5.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 5.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 5.9.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 5.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 5.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 5.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 5.9.11. cujos titulares ou sócios guardem cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de

personalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4. ou 5.9. ou 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.15.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.15.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.16.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.16.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. **Valor unitário e total do item;**

6.1.2. **Marca;**

6.1.3. **Fabricante;**

6.1.4. **Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo, conforme termo de referência.**

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante **não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior** ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. **Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.**

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. **O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua**

apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/ Projeto Básico.

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.14. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO.

6.15. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. **O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta **deverá ser de 1% (um por cento).**

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na

disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 2024.

7.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13., poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

7.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

- 7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 7.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 7.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 7.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;
- 7.23.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.
- 7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.24.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 7.24.2. empresas brasileiras;
- 7.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 7.26.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.
- 7.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 7.26.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.26.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.8. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 8.1.1. SICAF;
- 8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS,
- 8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP e
- 8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. **Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.**

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Agente de Contratação verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.8. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

8.8.1. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

8.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 8.9.1. conter vícios insanáveis;
- 8.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/ Projeto Básico;
- 8.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.9.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.9.5. **não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;**
- 8.9.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.10. No caso de bens e serviços em geral, **é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

8.11. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 8.11.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.11.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.12. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- 8.12.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 8.12.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação

do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

8.12.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.13. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.14.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.14.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.14.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.14.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.15.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.15.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.16.1. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Caso o Termo de Referência/ Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.18. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.19. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.20. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.21. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **15% (quinze por cento)** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados **em original, por cópia ou por meio digital**.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. Será verificado se o licitante apresentou, sob pena de inabilitação, a **declaração de que cumpre o preenchimento da cota de aprendizes** prevista no art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943. (art. 5º do Decreto Estadual nº 30.753/2021).

9.10. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.11. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

9.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de 02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro/Agente de Contratação.

9.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

9.14. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.15.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **02 (duas) horas**, para:

9.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade

conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.15.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente **em 05 (cinco) dias úteis**; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o **prazo de 05 (cinco) dias úteis** para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2. e 10.3. poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no CADIN constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá ser renovado o quantitativo** originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.2. **O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer **não será inferior a 10 (dez) minutos**.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá **reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, **a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de **contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://sei.rn.gov.br/>.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em

especial quando:

- 14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 14.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou
- 14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 14.1.6. fraudar a licitação;
- 14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.1.9. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 14.2.1. advertência;
- 14.2.2. multa;
- 14.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida **no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

- 14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1., 14.1.2. e 14.1.3., a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4., 14.1.5., 14.1.6., 14.1.7., 14.1.8. e 14.1.9., a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1., 14.1.2., 14.1.3. e 14.1.4., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5., 14.1.6., 14.1.7., 14.1.8. e 14.1.9., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1., 14.1.2., 14.1.3. e 14.1.4. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias

conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o **pedido até 3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no **prazo de até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: **contratacoes@uern.br**.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://portal.uern.br/>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência (ID nº 41430005)

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar (ID nº 41396480)

16.11.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato (ID nº 41648818)

16.11.3. ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços (ID nº 40014099)

16.11.4. ANEXO III - Minuta de Proposta de Preços (ID nº 40095423)

Modelo da AGU para Edital Pregão e Concorrência menor preço e maior desconto - Lei nº 14.133, de 2021.

Atualização: Novembro/2025



Documento assinado eletronicamente por **Jose Victor Pinheiro Azevedo, Técnico(a) Administrativo(a) da Unidade**, em 09/06/2026, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cicília Raquel Maia Leite, Presidente(a) da FUERN**, em 09/06/2026, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **41904300** e o código CRC **4FC2FB39**.

Referência: Processo nº 04410277.001089/2025-21

SEI nº 41904300



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Rua Almino Afonso, 478 - Bairro Centro, Mossoró/RN, CEP 59610-210
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - http://portal.uern.br/

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 04410277.001089/2025-21

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para aquisição de itens de informática para toda a instituição, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	SOLICITANTE	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA¹	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	PROEX(08) PROEX(06) P. DOS FERROS(36) PATU(02) NATAL(01) FASSO(06) FANAT(05) FALA(12))FAFIC(06) FAEF(10) FACS(02) FACEM(08) DIRI(05) DIAAD(06) ASSU(21) PROEG(35) DEAD - 973867.2025(02) DECA(06)	Mouse sem fio Conectividade: Sem fio 2,4 GHz; Cor: Cinza ou Preto; Receptor sem fio: USB; Tipo: Óptico; Distância operacional: Até 10 m; Quantidade de botões: 3; Resolução: 1000ppp; Bateria tipo: AA; Não serão aceitos do tipo "Gamer"; Não serão aceitos do tipo "Mini"; Garantia: não inferior a 1	Und.	02	300	R\$ 80,77	R\$ 24.231,00
02	Almoxarifado(200) Caicó(12) FE(15) PROPEG(16)	Mouse USB com sensor óptico de alta precisão, 1000 DPI, Ambidestro, 3 botões, conexão com fio, design ergonômico e compacto, compatível com sistemas operacionais Windows, macOS e Linux, cabo USB-A, de 1,8 metros, peso mínimo: 90 g; porta USB disponível Windows 10, 11 ou posterior macOS 10.5 ou posterior ChromeOS™, Certificação Works With Chromebook Linux® kernel 2.6+ ou posterior. 910-001601, similar ou superior. garantia mínima de 1 ano.	Und.	200	300	R\$ 54,78	R\$ 16.434,00
03	DEAD - 973867.2025(20)	Mouse USB Conectividade: USB; Quantidade de botões: 3; Resolução: 1600DPI; Cabo: 1,5m; não serão aceitos equipamentos do tipo "gamer"; Garantia: não inferior a 1 ano.	Und.	20	30	R\$ 30,08	R\$ 902,40
04	ASSU(07) NATAL (01) PATU(03) P. DOS FERROS(09) PROEG(40) PROEX(19) PROPEG(10) FANAT(05) FALA(06) FAFIC(03)	Mouse Pad tipo 01 Tipo de material da superfície: 100% em poliéster; Tipo de borda: Borda costurada; Dimensões: 200x230x2 mm; Tipo de material da	Und.	145	290	R\$ 45,49	R\$ 13.192,10

	FAEF(10) DIRI(05) DIAAD(07) CAICÓ(20)	base: Antideslizante mínimo de 70% de borracha; Cor: Preto					
05	ASSU(04) DEAD - 973867.2025(20)	Mouse Pad tipo 02 Tipo de material: Poliéster, Poliuretano; Dimensões: 200x250x16 mm; Apoio de pulso retangular enchimento em gel; Cor: Preto.	Und.	20	80	R\$ 61,29	R\$ 4.903,20
06	ASSU(21) ALMOXARIFADO(200) CAICO(12) DIAAD(02) FACEM(11) FAEF(10) FAFIC(09) FALA(11) FANAT(05) NATAL(01) P. DOS FERROS(27) PROEG(20) PROEX(17) PROPEG(16) FACS(01) FE(15) DECA(06)	Teclado com conexão USB Conectividade: USB; Quantidade de botões: Mínimo de 107; Layout: ABNT2; Cor: Preto; Não serão aceitos equipamentos do tipo "Gamer"; Não serão aceitos do tipo "Mini"; Layout ABNT2 Possui Ajuste de Altura Anti- Respingo Plug and Play, sem necessidade de instalação de driver Garantia: 1 ano.	Und.	250	500	R\$ 70,23	R\$ 35.115,00
07	P. DOS FERROS(03) NATAL(02) Pau dos ferros(01)*	Teclado Ampliado E Adaptado P/ Braille - Baixa Visão E Cegos	Und.	06	09	R\$ 317,14	R\$ 2.854,26
08	DEAD - 973867.2025(05) UERN(20) Pau dos Ferros(02)* FAEN(10)* FANAT(04)* FE(10)*	Teclado Sem fio Cor: Preto ou Grafite; Conectividade sem fio: Bluetooth; Alcance: 10 Metros; Quantidade de teclas: 108; Teclas devem possuir concauidade; deve ser compatível com o Windows 10; deve possui luz de fundo com sensor de proximidade de mãos para iluminação; 920- 010243 ou superior; Garantia: Não inferior a 2 anos	Und.	05	55	R\$ 159,71	R\$ 8.784,05
09	PRAE(10) FE(03)	Teclado e Mouse sem fio ESPECIFICAÇÕES: - Teclado com um design diferenciado - Tipo: ABNT 2 - 12 meses de duração da bateria do teclado (base 2 milhões keystrokes/ano) - 5 meses de duração da bateria do mouse (base 2 milhões keystrokes/ano) - Wireless Logitech advanced 2.4 Ghz - Mini receptor USB - Conexão segura de até 10 metros CONTEÚDO DA EMBALAGEM: - Teclado - Mouse - Receptor USB - Duas pilhas AAA (teclado) - Duas Pilhas AA (mouse) - Documentação do usuário GARANTIA: 12 meses de garantia. PESO: 700 gramas	Und.	13	26	R\$ 190,53	R\$ 4.953,78

		(bruto com embalagem) Modelo similar ou Superior: Combo Teclado e Mouse sem fio Logitech MK220.					
10	NATAL(02)	Teclado numérico SEM FIO	Und.	02	04	R\$ 61,07	R\$ 244,28
11	CAICÓ(05)	Teclado numérico USB com fio 18 teclas; conexão via porta USB, sem necessidade de driver adicional; layout de 18 teclas, incluindo números de 0 a 9, teclas de operações matemáticas (+, -, *, /), tecla de "Enter" e outras funções padrão; design compacto e ergonômico, ideal para melhorar a produtividade em tarefas que exigem digitação numérica; compatível com sistemas operacionais Windows, macOS e Linux; construção durável e resistente ao uso diário; plug-and-play, Garantia de 1(um) ano.	Und.	02	04	R\$ 26,19	R\$ 104,76
12	Assessoria de Contratos e Convênios/Reitoria(01) DAIN(07)	Webcam com Tripé Resolução máxima: 1080p/30 qps - 720p/60 qps; Megapixels da câmera: 3; Tipo de foco: Foco automático; Tipo de lente: Vidro; Microfone integrado: Estéreo; Alcance de microfone: Até 1 m; Campo de visão (CDV) diagonal: 78°; Zoom digital: 1.2x; Clipe universal pronto para tripés que se ajusta a monitores de laptop ou LCD; Compatível com Windows 8 ou posterior macOS 10.10 ou posterior ChromeOS Porta USB-A Funciona com plataformas populares de chamadas e streaming, incluindo OBS (Open Broadcasting Software) e XSplit Broadcaster. Garantia de 1(um) ano.	Und.	10	20	R\$ 452,70	R\$ 9.054,00
13	CAICÓ(03) FALA(03) PROPEG(03) PROEG(05) P. DOS FERROS(03) DEAD - 973867.2025(15)	Conversor HDMI/VGA Resolução suportada: 1080p; Entrada: HDMI; Formalização da Demanda Saída: VGA; Deve acompanhar cabo P2+P2, de no mínimo 50 cm; Garantia: não inferior a 1 ano.	Und.	15	100	R\$ 50,16	R\$ 5.016,00
		Adaptador HDMI para USB-C permite a conexão de					

14	CAICÓ(05)	dispositivos com saída USB-C (como laptops, smartphones ou tablets) a monitores, TVs ou projetores com entrada HDMI; suporte a resolução de até 4K a 60Hz; design compacto e portátil; plug-and-play, sem necessidade de drivers adicionais; compatível com dispositivos com porta USB-C que suportam saída de vídeo (modo alternativo DisplayPort); compatível com sistemas operacionais Windows, macOS e Android.	Und.	05	35	R\$ 60,31	R\$ 2.110,85
15	CAICÓ(03) FALA(07) PATU(06) P. DOS FERROS(02) PROEG(03) PROEX(04) PROPEG(02) DEAD - 973867.2025(10) DECA(04)	Cabo HDMI Tipo 01 Cabo HDMI de 02 Metros - Cabo HDMI Versão 2.1 8K Ultra High Speed; Garantia: Não Inferior a 1 Ano.	Und.	10	40	R\$ 116,04	R\$ 4.641,60
16	CAICÓ(03) DIAAD(01) FACS(11) FALA(05) PROPEG(03)	Cabo HDMI Tipo 02 Cabo HDMI de 05 Metros - Cabo HDMI Versão 2.1 8K Ultra High Speed; Garantia: Não Inferior a 1 Ano.	Und.	23	46	R\$ 189,05	R\$ 8.696,30
17	P. DOS FERROS(05)	Cabo HDMI tipo 03 Cabo HDMI de 10 metros - Cabo Hdmi Versao 2.1 8k Ultra High Speed Garantia: não inferior a 1 ano.	Und.	05	30	R\$ 249,90	R\$ 7.497,00
18	CAICÓ(03) ASSU(02) FAD(08) FALA(09) NATAL(15) PATU(05) P. DOS FERROS(05) PROEG(03) PROEX(04) DECA(04)	Cabo HDMI Tipo 04 Cabo HDMI de 15 Metros - Cabo HDMI Versão 2.1 8K Ultra High Speed. Garantia: Não Inferior a 1 Ano.	Und.	58	87	R\$ 605,46	R\$ 52.675,02
19	FACS(01)	Cabo VGA Tamanho mínimo: 15 metros; Conectores: DB15 Macho x DB 15 Macho	Und.	05	15	R\$ 68,36	R\$ 1.025,40
20	FAFIC(03)	Cabo Adaptador- USB-tipo C macho X HDMI fêmea	Und.	03	06	R\$ 34,83	R\$ 208,98
21	FAFIC(06)	Cabo Adaptador- TIPO C macho x USB fêmea	Und.	06	12	R\$ 19,34	R\$ 232,08
22	FAFIC(05)	Cabo USB Tipo C para integração audiovisual com dispositivos móveis-Tamanho mínimo: 5 metros. Conectores: USB-A macho x USB- C macho	Und.	05	10	R\$ 50,39	R\$ 503,90

23	FAFIC(05)	Cabo Adaptador- Sem tamanho mínimo; conectores: XLR Macho x P2 fêmea	Und.	05	10	R\$ 40,85	R\$ 408,50
24	FAFIC(03)	Cabo Adaptador- Lightning macho x USB-A fêmea	Und.	03	06	R\$ 36,75	R\$ 220,50
25	FAFIC(03)	Extensão de cabo USB 5 metros	Und.	03	06	R\$ 60,65	R\$ 363,90
26	FAFIC(02)	Conexão USB e Plug P2 de 3,5mm Modo Plug & Play, não necessita de instalação de software. Compatível: PC, Notebook, Smart TV. Controle de volume. Alimentação: 5Vdc (via Porta USB)	Und.	02	08	R\$ 16,90	R\$ 135,20
27	FAFIC(05)	Conector Usb 3.0, velocidade de transferência de 5Gbps ou similar	Und.	05	15	R\$ 43,59	R\$ 653,85
28	PROEX(03) P. DOS FERROS(02) NATAL(05) CAICÓ(10) DSIB(02) FAEF(06) FALA(03) FAFIC(02)	Extensão elétrica 5 (cinco) metros Tipolar NBR14136 Pino macho 1º ponta + pino fêmea 2º ponta 2P+T 10 A 250 V	Und.	33	66	R\$ 60,45	R\$ 3.989,70
29	PROEX(01) PROPEG(03) NATAL(02)	Extensão elétrica 20 (vinte) metros Tipolar NBR14136 Pino macho 1º ponta + pino fêmea 2º ponta 2P+T 10 A 250 V	Und.	06	12	R\$ 120,61	R\$ 1.447,32
30	PROEX(03) PROEG(05) DECA(03)	Extensão elétrica múltipla 5 metros com cabo circular 3 x 0,75mm2, 5 Tomadas 2P+T 10 A 250 V	Und.	11	22	R\$ 34,99	R\$ 769,78
31	PROEX(03) DECA(03)	Extensão Elétrica Profissional 4tomadas 20mts 10A Fio Pp 2x1,00mm	Und.	06	12	R\$ 146,64	R\$ 1.759,68
32	ASSU(02)	Extensão elétrica 50 (cinquenta) metros Tipolar NBR14136 Pino macho 1º ponta + pino fêmea 2º ponta 2P+T 10 A 250 V	Und.	02	04	R\$ 190,97	R\$ 763,88
33	PROEX(30)	Pino para extensão macho preto 2P + T	Und.	30	45	R\$ 19,90	R\$ 895,50
34	PROEX(02)	Plug fêmea N4276 IP 44 32ª-6h/380-440V 3P+131934 steck newkon	Und.	02	04	R\$ 50,00	R\$ 200,00

35	PROEX(02)	Plug macho N4276 IP 44 32ª-6h/380-440V 3P+ 131934 steck newkon	Und.	02	04	R\$ 57,24	R\$ 228,96
36	PROEX(50)	Tomada 2P+T junção fêmea para extensão preta	Und.	50	70	R\$ 16,26	R\$ 1.138,20
37	NATAL(02)	Filamento PLA preto, 1.75mm para impressão 3D, 1kg	Und.	02	04	R\$ 150,66	R\$ 602,64
38	ASSU(04)	Filtro de linha com protetor contra surtos (DPS) Energia 5 Transparente LCF- Tipo Do Produto Eletrônicos; Aparelhos compatíveis com PC, Televisão, Impressora Características: Interruptor de ligar e desligar, Proteção de sobretensão; Número de unidades 1; Voltagem 220 Volts; Etiqueta Nacional de Eficiência Energética (ENCE) A; Tipo de fonte de energia Energia elétrica; Baterias inclusas Não; Funciona com baterias Não; Número de portas 5; Tipo de material Plástico; Cor Transparente; Cor correspondente Transparente; Garantia do fabricante 12 meses; Peso do produto 300 g; Dimensões da embalagem 33,2 x 9,6 x 5,2 cm; 300 g	Und.	04	16	R\$ 96,03	R\$ 1.536,48
39	ASSU(10)	Protetor contra surtos (DPS) 10A 127/220V3 Pinos Tempo de resposta típico: 25 ns; Potência máxima - Wmáx: 1270W (rede 127V) / 2200W (rede 220V); Corrente nominal: 10A; Nível de Proteção UP: < 0,68 kV; Corrente máxima de descarga: 6kA; Corrente de descarga total: 12kA; Corrente de dimensionamento: 18kA; Dimensões: 80,3 x 72,4 x 43 (L x A x P) mm; Peso aproximado: 111g; Cor: preto .	Und.	10	20	R\$ 78,08	R\$ 1.561,60
40	P. DOS FERROS(01) NATAL(08) FACS(01) FACEM(04) DIAAD(01) PROEX(02) DECA(02)	Suporte Projektor (teto) Deve permitir rotação vertical de no mínimo: 15 °; Deve permitir giro horizontal de 360°; Deve possuir no mínimo 3 pontos de fixação no teto e 3 no projektor; Distância mínima da parede: 23 cm; Distância máxima (com alongador):	Und.	19	57	R\$ 189,62	R\$ 10.808,34

		51cm; Garantia não inferior a 1 ano a contar da data de entrega do equipamento.					
41	DEAD - 973867.2025(01)	Suporte para TV tipo pedestal com rodízios e altura regulável para TVs planas e curvas de 32" até 70" e compatíveis com padrão de fixação VESA. Com bandeja de apoio com livre regulagem de altura para notebooks, blu-ray e teclado. Altura regulável de 1200mm (ou menos) a 1500mm (ou mais) medida do chão até centro do monitor. Produzido em aço carbono com tratamento anticorrosão e pintura eletrostática na cor preta	Und.	01	03	R\$ 797,16	R\$ 2.391,48
42	DECA(03) UERN(20)	Tela de Projeção Retrátil Manual. Formato 4:3. Dimensões aproximadas da tela: 200 x 150 cm. Mecanismo automatico de enrolamento com parada multiponto. Fixação teto/parede. Caixa externa 100% alumínio com pintura eletrostática de alta resistência.Tela com tecido matt-white lavável e resistente a umidade. Garatia minima de 12 meses.	Und.	23	46	R\$ 726,77	R\$ 33.431,42
43	DEAD - 973867.2025(02) UERN(50)	Suporte para notebook Ponteiras e contatos em silicone; com possibilidade de abertura das hastes; regulagem de inclinação; Material: Aço placado cromado; Cor: Cromado; Modelo de referência: OCTOO-Update. Garantia não inferior a 1 ano.	Und.	02	62	R\$ 100,33	R\$ 6.220,46
44	CAICÓ(01)	Testador e localizador de cabo de rede; ferramenta para testar a continuidade e integridade de cabos de rede (Cat5e, Cat6, etc.); identifica possíveis falhas como fios quebrados ou mal conectados; inclui função de localização de cabos através de sinal sonoro ou visual; pode testar cabos em ambos os extremos (geralmente com unidade remota); indicador LED para verificar a sequência dos	Und.	01	02	R\$ 148,63	R\$ 297,26

		pinos; design compacto e fácil de usar; ideal para uso em instalações e manutenção de redes de dados; alimentação por bateria ou fonte externa, dependendo do modelo.					
45	PATU(02)	Kit de Pilhas Recarregáveis AA com Carregador: 4 ou mais pilhas AA recarregáveis (Ni-MH, capacidade mínima de 2600 mAh, 1.2V, mínimo de 1500 ciclos de recarga) e 1 carregador bivolt para pilhas AA (proteção contra sobrecarga/curto-circuito e indicador LED). Pilhas e carregador com certificação INMETRO.	Und.	02	04	R\$ 160,53	R\$ 642,12
46	NATAL(01)	Bateria de íons de lítio recarregável projetada para câmeras DSLR e mirrorless. Compatível com uma ampla gama de modelos de câmeras, incluindo câmeras de alta performance para fotografia e vídeo. Especificações Técnicas: Capacidade Nominal: 2130 mAh. Tensão Nominal: 7,2 V DC. Tipo de Bateria: Íons de lítio (Li-ion). Dimensões: Aproximadamente 38,4 mm x 21 mm x 56,8 mm. Peso: Aproximadamente 80 g. Temperatura de Operação: 0°C a 40°C. Compatibilidade: Compatível com câmeras DSLR CANON 80D, já existente no Campus de Natal - Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.	Und.	01	02	R\$ 896,55	R\$ 1.793,10
47	DEAD - 973867.2025(48)	Bateria de chumbo ácida selada VRLA livre de manutenção e à prova de vazamento de 7Ah/12V internas para Nobreak Premium Sen (GII 1500VA/6b.7Ah/Isolador)	Und.	48	144	R\$ 149,49	R\$ 21.526,56
48	NATAL(25)	Controle Inteligente Universal Infravermelho I2go Smart Wifi,	Und.	25	50	R\$ 75,73	R\$ 3.786,50
		Filtro de linha com 5 tomadas; proteção contra picos de tensão (DPS - Dispositivo de Proteção contra Surtos); cabo de 1,5 metros de comprimento; tensão de					

54	CAICÓ(05)	SSD NVMe 256GB; interface PCIe Gen3 x4 para alta velocidade de leitura e gravação; velocidade de leitura de até 3000 MB/s e gravação de até 1500 MB/s (valores podem variar conforme o modelo); compatível com sistemas que suportam NVMe; formato M.2 2280; tecnologia de memória NAND flash 3D ou similar; baixo consumo de energia, ideal para melhorar o desempenho de computadores, laptops e estações de trabalho; confiabilidade e durabilidade com proteção contra sobreaquecimento e erros de dados; compatível com sistemas operacionais Windows, macOS e Linux.	Und.	05	30	R\$ 224,30	R\$ 6.729,00
55	P. DOS FERROS(02)	Cartão de memóriasdxc 512gb uhs-i 100mb/s Capacidade de 512 gb Uhs-i / v30 / u3 / classe 10 Velocidade máxima de leitura: 100 mb/s Velocidade máxima de gravação: 85 mb/s Velocidade mínima de gravação: 30 mb/s	Und.	02	04	R\$ 452,86	R\$ 1.811,44
56	NATAL(01)	Cartão de memóriaSDXC (Secure Digital eXtended Capacity) com capacidade de 64GB. Projetado para gravação de vídeos em alta resolução, incluindo 4K UHD (Ultra High Definition). Compatível com câmeras DSLR, mirrorless, filmadoras e outros dispositivos que suportem cartões SDXC. Desempenho: Classe de Velocidade: Classe 10 (C10), garantindo uma velocidade mínima de gravação de 10 MB/s. Classe de Velocidade de Vídeo: V30 Barramento: UHS-I (Ultra High Speed), com classificação U3 (Ultra High Speed Class 3). Velocidade de Leitura: Até 170 MB/s para transferência rápida de arquivos. Velocidade de Gravação: Até 80 MB/s para gravações contínuas e sem interrupções. Durabilidade e Confiabilidade: Resistente a água, choque, raios-X e temperaturas extremas (-25°C a 85°C). Construção robusta para	Und.	01	02	R\$ 121,11	R\$ 242,22

		<p>uso em ambientes adversos, como neve, desertos e áreas úmidas. Proteção contra apagamento acidental com chave de proteção integrada.</p> <p>Compatibilidade:</p> <p>Compatível com dispositivos que suportem cartões SDXC e UHS-I. Adequado para gravação de vídeos em 4K UHD, fotografia em modo burst e captura de imagens RAW. Itens Inclusos: 01 Unid. de cartão SDXC de 64GB. Estojo de proteção para transporte seguro. Manual de instruções em português. Requisitos Adicionais: Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. Certificação de conformidade com normas técnicas brasileiras (Anatel ou equivalente).</p>					
57	FAEF(08) STI(08)	<p>Caixas de som USB 2.0 8W RMS</p> <p>Caixa de som USB 2.0 para computador</p> <ul style="list-style-type: none"> - Potência total de saída de no mínimo 8W RMS; - Frequência de resposta entre 60hz ~20khz; - Amplitude mínima de 4 ohms; - Entrada para fone de ouvido P2 3.5mm e alimentação USB (5V); - Embalagem contendo um par de caixas de som; - Garantia de 12 meses. 	Und.	16	56	R\$ 175,15	R\$ 9.808,40
58	FE(01)	<p>O Kit Arduino de Robótica</p> <p>Descrição: conjunto de componentes eletrônicos e mecânicos projetado para a aprendizagem de programação, automação e desenvolvimento de projetos interativos. Componentes principais: Placa Arduino (Uno, Mega ou outra versão) - Microcontrolador programável que serve como o "cérebro" dos projetos. Sensores (ultrassônico, temperatura, luz, umidade, toque, etc.) - Para captar informações do ambiente e interagir com os projetos. Módulos de comunicação (Bluetooth, Wi-Fi, RFID, etc.) - Para automação e conectividade com outros dispositivos. Motores (servo, DC e de passo) - Para movimentação de braços robóticos, rodas,</p>	Und.	01	03	R\$ 424,08	R\$ 1.272,24

		entre outros mecanismos.Drivers de motor - Para controle preciso da movimentação dos motores.LEDs e displays (LCD, OLED, matriz de LED) - Para exibição de informações e indicadores visuais.Botões e potenciômetros - Para criar interfaces interativas.Protoboard e cabos jumper - Para montagem e testes de circuitos sem necessidade de soldagem.Fontes de alimentação e baterias - Para fornecer energia aos circuitos.					
59	STI(02)*	Borracha técnica com tecnologia de pouca liberação de resíduos (Dust Free) na cor preta com lado chanfrado. Caixa com 24 unidades. Modelo de referência: Borracha Técnica Preta Supersoft Faber-Castell. Similar ou superior	CX	02	04	R\$ 112,32	R\$ 449,28
60	STI(50)*	Tampa traseira de metal para slot (bracket) de gabinete de computador perfil normal com dimensões aproximadas: comprimento 12cm, largura 2cm. Na cor preta.	Und.	50	100	R\$ 10,35	R\$ 1.035,00
61	STI(50)*	Tampa traseira de metal para slot (bracket) de gabinete de computador perfil normal com dimensões aproximadas: comprimento 12cm, largura 2cm. Na cor prata.	Und.	50	100	R\$ 10,35	R\$ 1.035,00
62	FE(01)*	Filamento PLA Alumínio V-Silk Premium 1kg, 1.75Mm, Para Impressoras 3D - Voolt3D	Und.	01	02	R\$ 126,80	R\$ 253,60
63	FE(01)*	Filamento PLA Azul Safira V-Silk Premium 1kg, 1.75Mm, Para Impressoras 3D - Voolt3D	Und.	01	02	R\$ 126,13	R\$ 252,26
64	FE(01)*	Filamento PLA Azul Sky V-Silk Premium 1kg, 1.75Mm, Para Impressoras 3D - Voolt3D	Und.	01	02	R\$ 126,13	R\$ 252,26

65	FE(01)*	Filamento PLA Branco Dental Premium 1kg, 1.75Mm, Para Impressoras 3D - Voolt3D	Und.	01	02	R\$ 126,13	R\$ 252,26
66	FE(01)*	Filamento PLA Preto Premium 1kg, 1.75Mm, Para Impressoras 3D - Voolt3D	Und.	01	02	R\$ 126,13	R\$ 252,26
67	STI(03)	Lupa de mão com iluminação led e ampliação de 3x a 45x. Alimentação por pilha AAA. Confeccionada em plástico ABS e vidro óptico. Diâmetro mínimo da lente 60mm e máximo 70mm.	Und.	03	06	R\$ 45,15	R\$ 270,90
68	STI(15)	Pinças de precisão antiestática para eletrônicos com ponta fina para garantir precisão e fabricação em aço titanium. Características: Anti-Magnético, anti-estático e cor azul. Kit composto por 1 Pinça Reta + 1 Pinça com ponta Curva. Modelo de referência: 99Fix.	Und.	15	30	R\$ 58,00	R\$ 1.740,00
69	STI(15)	Alicate de Bico Longo Tamanho 6 pol. Cabo na cor azul e amarelo. Material do corpo: aço cromo vanádio. Peso no máximo 136 gramas. Comprimento : 150mm. Modelo de referência: 1864035, marca: Irwin. Similar ou superior	Und.	15	30	R\$ 43,22	R\$ 1.296,60
70	STI(10)	Estilete profissional trapezoidal com corpo metálico e cabo emborrachado. Deve acompanhar pelo menos 5 lâminas trapezoidais. Deve possuir trava de segurança e utilizar lâmina com largura de 18mm. Modelo de referência: Fertak, similar ou superior. desde que possua as mesmas características	Und.	10	20	R\$ 56,51	R\$ 1.130,20
71	STI(05)	Pasta térmica com eficiência de pelo menos 14W/M. Conteúdo de no mínimo 5g. Modelo de referência: Rise Mode Silver Cold	Und.	05	10	R\$ 22,11	R\$ 221,10

72	STI(20)	Limpa contato elétrico aerossol. Reservatório com no mínimo 300ml; Tipo Spray aerossol; Líquido.	Und.	20	40	R\$ 15,55	R\$ 622,00
73	STI(10)	Produto de limpeza cremoso multiuso com capacidade de remover até 100% da sujeira e sem riscar. deve possuir perfume suave. Adequado para limpeza nos mais variados tipos de superfície e com testes pelo fabricante em pelo menos 100 tipos de superfícies diferentes. Embalagem de 450ml. Produto de referência: Cif Cremoso Multiuso Limpeza Milagrosa	Und.	10	20	R\$ 17,05	R\$ 341,00
74	P. DOS FERROS(01) DICONV(01)	Unidade portátil, 2 TB,disco rígido externo, para PC, laptop e Mac, serviços de resgate de 2 anos, (STGX2000400) ou superior, preto.	Und.	02	04	R\$ 659,38	R\$ 2.637,52
75	P. DOS FERROS(02)	Unidade portátil, 500GB,SSD Externo 500gb, 560mb/s Garantia não inferior a 1 ano.	Und.	02	04	R\$ 505,41	R\$ 2.021,64
76	DEAD - 973867.2025(10) STI(10)	SSD tipo NVME com conexão M2 e capacidade de armazenamento mínimo de 400gb.		10	20	R\$ 531,75	R\$ 10.635,00
77	DEAD - 973867.2025(20) DECA(06)	Webcam com vídeo chamada - full hd resolução mínima hd 720 pixels e full hd de 1080p (1920x1080 pixels); widescreen; conexão usb 2.0 ou superior; para mesa com possibilidade de fixação em notebooks e/ou monitores; foco automático; correção de luz automática; microfone embutido; compatível com windows - referência: logitech c920 ou equivalente ou de melhor qualidade.	Und.	20	70	R\$ 706,83	R\$ 49.478,10
78	PATU(15)	SSD SATA 256GB Interface Padrão: SATA III; Fator de forma: 2,5; Capacidade mínima: 256GB; velocidade de leitura sequencial(mínimo):	Und.	15	30	R\$ 216,20	R\$ 6.486,00

86	DEAD - 973867.2025(10) STI(10)	Kit atualização de PC com placa-mãe, processador e memória - Processador Intel Core i5 de 13ª geração ou superior ou equivalente AMD, com no mínimo 4 núcleos e 4 threads. Chip gráfico integrado e cooler incluso. Placa-mãe padrão microATX compatível com processador com no mínimo 2 slots para memória DDR4 (ou superior) e capacidade para no mínimo 16gb de memória. Slot M.2 para SSD tipo NVME. Pente de memória de 8gb com frequência 3000MHz ou superior	Und.	10	20	R\$ 2.338,30	R\$ 46.766,00
87	DEAD - 973867.2025(01)	Kit atualização de PC com placa-mãe, processador e memória - Processador Intel Xeon E ou equivalente AMD, com no mínimo 8 núcleos e 16 threads. Chip gráfico integrado e cooler incluso. Placa-mãe compatível com processador com no mínimo 4 slots para memória DDR4 (ou superior) e capacidade para no mínimo 64gb de memória ou superior. 32gb de memória com frequência 3000MHz ou superior, podendo ser 2x16gb	Und.	01	02	R\$ 5.599,99	R\$ 11.199,98
88	DEAD - 973867.2025(20000)	Conector Rj45 Macho Cat.6e	Und.	2000	3000	R\$ 0,72	R\$ 2.160,00
89	DEAD - 973867.2025(50)	Cordão Óptico Simplex, monomodo, conectores lc/pc em ambas as pontas, comprimento 2,5 mts	Und.	50	75	R\$ 57,58	R\$ 4.318,50
90	DEAD - 973867.2025(02)	Cordão OPT DX SM (MONO) LC/SC9/125 2,5M amarelo	Und.	02	04	R\$ 171,84	R\$ 687,36
91	DEAD - 973867.2025(10)	Módulo Mini-gbic Gigabit Monomodo 10km Kgsd 2110 A, Tecnologia WDM, SFP	Und.	10	20	R\$ 243,24	R\$ 4.864,80
92	DEAD - 973867.2025(10)	Módulo Mini-gbic Gigabit Monomodo 10km Kgsd 2110 B, Tecnologia WDM, SFP.	Und.	10	20	R\$ 243,24	R\$ 4.864,80
		Cabo drop constituído					

93	DEAD - 973867.2025(02)	por fibras ópticas monomodo, revestidas em acrilato, com elementos de proteção da unidade básica e núcleo resistente à penetração de umidade, devido à presença de geleia de proteção. Possui elemento de sustentação metálico, ligado a parte óptica através de uma membrana termoplástica, configurando o formato Figura 8. Não-propagante à chama (Classe COG). Proteção contra a ação dos raios UV. Com fios de aramida ao redor da unidade básica para proteção contra esforços de tração e efeitos térmicos. Possuindo configuração de 04 fibras, indicado para instalação em terminal assinante, com vãos de até 80 metros, bobina com no mínimo 1000 Metros	Und.	02	04	R\$ 706,81	R\$ 2.827,24
94	DEAD - 973867.2025(100)STI(200)	Tomada rj45 dupla sistema x Sistema X com 2 xRJ45 LCS2 cat.5e 8 Fios; conforme normas ISO 11801 e EIA/TIA 568-A.	Und.	100	300	R\$ 104,66	R\$ 31.398,00
95	DEAD - 973867.2025(100)STI(200) DETUR(10) 33770479	Tomada rj45 sistema x simples Sistema X com 1 xRJ45 LCS2 cat.5e 8 Fios; conforme normas ISO 11801 e EIA/TIA 568-A	Und.	100	300	R\$ 73,05	R\$ 21.915,00
96	DEAD - 973867.2025(1000)	Parafuso 'Philips' Cabeça Chata 4,0x35mm	Und.	1.000	1.500	R\$ 0,66	R\$ 990,00
97	DEAD - 973867.2025(700)	Parafuso Sextavado 10mm	Und.	700	1400	R\$ 0,83	R\$ 1.162,00
98	STI(3000)	Parafuso lentilha 1/4 x 1/2 com porca e arruela material aço zincado	Und.	1500	3000	R\$ 0,99	R\$ 2.970,00
99	STI(1500)	Parafusos sextavados rosca soberba 1/4 x 50mm zincado com arruela	Und.	750	1500	R\$ 0,68	R\$ 1.020,00
100	STI(500)	Parafuso Chumbador Parabolt Cba Aco 3/8 X 80 Com Prisioneiro	Und.	250	500	R\$ 3,48	R\$ 1.740,00

101	STI(500)	Parafuso Chipboard Cabeça Chata Phillips 4,0 X 40mm	Und.	250	500	R\$ 0,20	R\$ 100,00
102	DEAD - 973867.2025(1000)	Bucha Com Anel Aba Plástica 8mm	Und.	1.000	1500	R\$ 0,17	R\$ 255,00
103	DEAD - 973867.2025(700)	Bucha pvc 10 mm	Und.	700	1.400	R\$ 0,15	R\$ 210,00
104	DEAD - 973867.2025(160)	Eletrocalha 50x50mm x3000mm com tampa. Utilizadas na condução de fios e cabos para distribuição de energia elétrica, telefonia e dados. Podem ser aplicadas nas instalações prediais, comerciais, shopping center, industriais e etc. Eletrocalha perfurada, produzidos com chapa pré-galvanizada ou galvanizada a fogo, o material tem que obedecer às normas: ABNT: NBR 7008 e NBR 7013.	Und.	160	480	R\$ 85,19	R\$ 40.891,20
105	DEAD - 973867.2025(40) DETUR(02) 33770479	Caixa de passagem 20 x 20 cm pvc sobrepôr	Und.	40	100	R\$ 32,57	R\$ 3.257,00
106	DEAD - 973867.2025(100) DETUR(20) 33770479 STI(100)	Canaleta PVC C/divisória 50x20x2000mm Branca. Sistema X	Und.	100	400	R\$ 89,11	R\$ 35.644,00
107	DEAD - 973867.2025(50)	Canaleta PVC C/divisória 110x20x2000mm Branca. Sistema X	Und.	50	200	R\$ 182,22	R\$ 36.444,00
108	DEAD - 973867.2025(20)	Curva 90° eletrocalha 50x50 para esquerda	Und.	20	40	R\$ 24,67	R\$ 986,80
109	DEAD - 973867.2025(20)	Curva 90° eletrocalha 50x50 para direita	Und.	20	40	R\$ 24,67	R\$ 986,80
110	DEAD - 973867.2025(40)	T Galvanizado 50 x 50 para eletrocalha	Und.	40	80	R\$ 44,77	R\$ 3.581,60
111	DEAD - 973867.2025(10) DETUR(01) 33770479	Caixa de cabo de rede 305mts(Azul) Categoria: CAT.6; Fios sólidos CCA 23 AWG (0,57 mm); 4 pares trançados; Capa em PVC CMX antichama; Marcações metro a metro; homologado pela ANATEL; Caixa com 305 metros.	CX.	10	30	R\$ 1.020,15	R\$ 30.604,50

112	STI(20)	Caixa de Cabo de rede Cat5e 23 AWG 4 Pares CM RoHS, 100% Cobre, cor Azul.	CX.	20	60	R\$ 854,34	R\$ 51.260,40
113	DEAD - 973867.2025(320)	Mão Francesa Para eletrocalha de 30 cm: com chapa pré-galvanizada ou galvanizada a fogo	Und.	320	960	R\$ 27,41	R\$ 26.313,60
114	STI(20)	Mini Rack Desmontavel Mrd 12u Profundidade 470mm, Sistema Easy Mounting: Peças e parafusos padronizados para fácil instalação e montagem, Abertura para instalação de sistema de ventilação no teto, Estrutura com ponto de aterramento » Fechamento lateral com venezianas e fecho para abertura Dimensão Externas (L x A x P) 550 x 599,5 x 472 mm, Porta Acrílico e Fecho com Chave Abertura Direita ou Esquerda Material Aço SAE 1008 Carga Máxima 100 Kg Espessura Estrutural 0,9 mm - Fechamentos 0,75 mm, preto fosco.	Und.	20	30	R\$ 1.086,15	R\$ 32.584,50
115	STI(20)	Frente Falsa P/ Rack Tamanho 1U Padrão 19 Polegadas, Fabricado em Aço SAE 1008, Acabamento em pintura eletrostática Epóxi, cor preto fosco.	Und.	20	30	R\$ 31,17	R\$ 935,10
116	STI(03)	Etiquetadora Epson LW-300 similar ou superior + 10 fitas compatíveis com o produto. Garantia não inferior a 1 ano.	Und.	03	06	R\$ 692,28	R\$ 4.153,68
117	STI(25)	Protetor eletrônico com 8 tomadas P/rack Chave inteligente rearmável de 10A , 100 a 240 Vac - bivolt automático - 50/60 Hz	Und.	25	50	R\$ 211,27	R\$ 10.563,50
118	STI(20)	Conversor de áudio/vídeo Mini DisplayPort para HDMI - Adaptador ativo mDP 1.2 para HDMI para Ultrabook/Laptop - 4K @ 30Hz - Preto (MDP2HD4KS) ou superior	Und.	20	40	R\$ 230,35	R\$ 9.214,00
Termo de Referência 41430005			SEI 04410277.001089/2025-21 / pg. 19				

119	STI(40)	Caixa de Cabo de rede Cat6 23 AWG 4 Pares CM RoHS, 100% Cobre, cor Vermelho.	Und.	40	60	R\$ 1.233,36	R\$ 74.001,60
120	STI(1000)	Conector Macho RJ45 Cat6 Vazado	Und.	1000	1500	R\$ 0,35	R\$ 525,00
121	STI(1000)	Conector Macho Rj45 Cat5e Vazado	Und.	1000	1500	R\$ 0,45	R\$ 675,00
122	STI(10)	Alicate Crimpar Rj45 Vazado	Und.	10	15	R\$ 103,35	R\$ 1.550,25
123	STI(25)	Organizador de Cabos P/ Rack Tamanho 1U Padrão 19 Polegadas, Fabricado em Aço SAE 1008, Acabamento em pintura eletrostática Epóxi, Fechamento por pressão, Cor preto fosco.	Und.	25	50	R\$ 40,10	R\$ 2.005,00
124	STI(25)	Patch Panels 24 portas, Frequência de operação: até 100 MHz; Conectores RJ45 banhados em ouro montados em placas de circuito impresso; Identificação das portas; Guia traseiro para fixação individual de cabos; Sem blindagem; Uso interno. Padrão de montagem T568A e T568B'	Und.	25	50	R\$ 519,90	R\$ 25.995,00
125	STI(500)	Kit Porca Gaiola + Parafuso + Arruela P/rack De Telecom Tamanho Porca Gaiola M5 x 8,6mm Tamanho Parafuso Cabeça Panela Philips M5 x 12mm Tamanho Arruela Lisa Ø10 x Ø5,2 x 1mm Tipo de Rosca Métrica, Material Aço.	Und.	250	500	R\$ 1,50	R\$ 750,00
126	STI(25)	Bandeja Fixa 250mm/rack Padrão 19 Preta / 2 Pontos De Fix é uma bandeja de 290mm de profundidade fixa somente na parte frontal, Tamanho 290mm, Material Aço SAE 1008, Cor preto fosco.	Und.	25	50	R\$ 60,16	R\$ 3.008,00
127	STI(25)	Fita Velcro Organizador De Cabos fita velcro dupla face, Largura 1,5cm com 3	Und.	25	50	R\$ 27,67	R\$ 1.383,50

		Metros de comprimento					
128	DLV-Assu(01)	Caixa de Som Portátil Potência de saída: mínima de 800W RMS; Conectividade: Bluetooth, entrada auxiliar P2 (3,5 mm), entrada USB; Bateria: autonomia mínima de 12 horas de reprodução contínua; Alça ou rodas para transporte; Equipamento novo e de primeiro uso; Garantia mínima de 12 meses;	Und.	01	04	R\$ 1.240,30	R\$ 4.961,20
129	DLV-Assu(01)	Kit microfone e receptor sem fio (wireless) , com 2 microfones e 1 receptor USB; Frequência: UHF ou similar com boa estabilidade; Compatível com caixas de som com entrada USB; Alcance mínimo: 10 metros em ambiente aberto; Alimentação: pilhas ou baterias recarregáveis; Equipamento novo e de primeiro uso; Garantia mínima de 12 meses;	Und.	01	04	R\$ 537,57	R\$ 2.150,28
130	DAIN(07)	Iluminação - Ring Light- Iluminador LED circular de 12" (30 cm) , potência ≥40W, controle de temperatura de cor (3 tons), ajuste de intensidade, tripé até 1,8 m, alimentação USB/bivolt.	Und.	07	21	R\$ 191,13	R\$ 4.013,73
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO							R\$ 1.023.900,33

A quantidade mínima estabelecida para fins de registro de preços também é o quantitativo mínimo previsto para cada contrato/solicitação oriundo da Ata de Registro de Preços (art. 164, §6º, Decreto Estadual nº 32.449/2023).

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021 e Decreto Estadual nº 32.449, de 7 de março de 2023.

1.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano, contado da publicação, e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme previsto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

1.4.1. No ato de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, desde que respeitado o disposto no Artigo 179 e seus parágrafos do Decreto Estadual nº 32.449/2023, do Rio Grande do Norte.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um ano) contado da publicação do contrato, não cabendo prorrogação, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.1.1. De acordo com o artigo 6º, inciso XXIII, alínea 'c', da Lei nº 14.133, de 2021, a fundamentação da contratação é realizada mediante "referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas". No mesmo sentido é a previsão do art. 9º, inciso II, da Instrução Normativa Seges/ME nº 81, de 2022.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026 sob o código 925543-40/2026, publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas conforme link <https://pncp.gov.br/app/pca/08258295000102/2026>, bem como no portal da instituição no link de acesso: <https://portal.uern.br/acessoainformacao/planejamento/>.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

Do Ciclo de vida do objeto:

3.2. A solução proposta consiste na aquisição definitiva de insumos e equipamentos de Tecnologia da Informação, por meio de Sistema de Registro de Preços, destinados à modernização, ampliação, padronização e manutenção da infraestrutura tecnológica da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. A contratação contempla bens de uso permanente e recorrente, necessários ao suporte das atividades acadêmicas, administrativas, de pesquisa e extensão, com previsão de atendimento às unidades acadêmicas, administrativas, campi presenciais, polos de Educação a Distância e demais setores institucionais. A descrição da solução considera o ciclo de vida completo do objeto, compreendido desde a fase de planejamento da aquisição, definição das especificações técnicas, seleção da proposta mais vantajosa, entrega, recebimento provisório e definitivo, incorporação patrimonial, instalação, configuração e disponibilização dos bens às unidades demandantes, até sua efetiva utilização, manutenção, eventual remanejamento interno, substituição por obsolescência ou desgaste e posterior desfazimento ou descarte ambientalmente adequado, quando encerrada sua vida útil.

3.3. Durante a fase de utilização, os bens adquiridos deverão ser empregados de forma racional e compatível com suas finalidades institucionais, observando-se os requisitos de padronização, interoperabilidade, segurança da informação, eficiência operacional e sustentabilidade. A padronização tecnológica prevista no ETP contribui para facilitar a gestão dos ativos, reduzir custos de manutenção, otimizar estoques de peças e acessórios, permitir maior reaproveitamento dos equipamentos e ampliar sua vida útil, evitando substituições prematuras e reduzindo riscos de descontinuidade dos serviços de TI. **No que se refere à sustentabilidade, os itens devem atender aos requisitos inseridos no item 20, relativo aos ODS 7, 9, 12, 13 e 17, do “Guia de Contratações Sustentáveis”, 8ª edição, ano 2025, disponível em: https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/agu-na-cop30/central-de-conteudos/edicao_2025_do_guiu_final_para_cop30.pdf.** Tal exigência visa assegurar que a aquisição observe critérios ambientais, sociais e de governança compatíveis com a natureza dos bens de Tecnologia da Informação, especialmente quanto à eficiência energética, inovação, consumo e produção responsáveis, mitigação de impactos climáticos e cooperação institucional para o desenvolvimento sustentável.

3.4. No que se refere à manutenção e ao suporte, a solução considera a necessidade de acompanhamento técnico pela Administração, por meio da designação de gestor e fiscais do contrato, bem como da atuação das equipes técnicas responsáveis pela verificação da conformidade, instalação, operacionalização inicial, registro de ocorrências e orientação às unidades beneficiadas. Além disso, a exigência de itens novos, de primeiro uso, com garantia e atendimento às certificações aplicáveis, quando pertinentes, contribui para reduzir riscos de falhas, custos corretivos não previstos, paralisações de serviços e prejuízos à continuidade das atividades institucionais. A aquisição definitiva também permite maior autonomia à UERN quanto à gestão dos bens ao longo de sua vida útil, possibilitando sua realocação entre setores conforme a evolução das demandas institucionais, o crescimento das atividades acadêmicas e administrativas, a implantação de novos projetos e a necessidade de substituição de equipamentos obsoletos. Essa característica diferencia a aquisição da locação, uma vez que os bens passam a integrar o patrimônio institucional, permitindo melhor planejamento de longo prazo, aproveitamento continuado dos ativos e redução de despesas recorrentes.

3.5. Quanto aos impactos e custos associados ao ciclo de vida do objeto, foram considerados os riscos de obsolescência tecnológica, necessidade de manutenção, consumo energético, substituições futuras, compatibilidade com a infraestrutura existente, garantias, certificações técnicas e requisitos de sustentabilidade. A escolha da solução busca minimizar custos totais ao longo do tempo, não apenas o desembolso inicial, observando a economicidade, a eficiência administrativa e a vantajosidade da contratação sob a perspectiva do uso continuado dos bens. **Por fim, ao término da vida útil dos equipamentos e insumos, a Administração deverá observar os procedimentos internos de controle patrimonial, avaliação de reaproveitamento, remanejamento, baixa, desfazimento ou descarte, conforme a natureza do bem e a legislação aplicável, priorizando sempre que possível o reaproveitamento institucional, a destinação ambientalmente adequada e a mitigação de impactos ambientais decorrentes de resíduos eletroeletrônicos.** Dessa forma, a solução atende ao art. 18, § 1º, XII, da Lei nº 14.133/2021, por contemplar não apenas a execução contratual, mas a visão integral do objeto durante toda a sua vida útil, incluindo uso, manutenção, custos, riscos, sustentabilidade e descarte final.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Os itens devem atender aos requisitos inseridos no item 20 (ODS 7,9,12,13 e 17) do "Guia de Contratações Sustentáveis", 8ª Ed. Ano. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/agu-na-cop30/central-de-conteudos/edicao_2025_do_guiu_final_para_cop30.pdf.

4.2. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS 7, 9, 12, 13 e 17**, que fazem parte da Agenda 2030 da ONU, um plano global para promover a prosperidade, proteger o meio ambiente e combater as mudanças climáticas, conforme citado acima os insumos são, quando não funcionais, devolvidos ao almoxarifado para concretização da política de desfazimento de bens. Por fim, a Pró-reitoria de Administração - PROAD, realiza através de leilão de equipamentos e insumos para reciclagem e/ou aproveitamento o despatrimoniamento e desfazimento dos materiais e equipamentos leiloados.

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3.1. A vedação à subcontratação se justifica por se tratar de contratação que objetiva a aquisição de itens de grande necessidade técnica. Permitir a subcontratação, total ou parcial, enfraqueceria a garantia da execução do contrato, por transferir a terceiros a obrigação, e poderia gerar conflitos de interesse ou falhas de fiscalização.

Garantia da Contratação

Será dispensada a exigência de garantia contratual, tendo em vista que, pelas características do objeto, tal exigência pode representar restrição desnecessária à competitividade do certame. A imposição de garantia poderia dificultar ou inviabilizar a participação de licitantes que, embora possuam capacidade técnica, operacional e econômica para fornecer os itens demandados, não disponham de disponibilidade financeira imediata para imobilização de valores em garantia. Ressalta-se que a dispensa da garantia contratual não afasta a responsabilidade da contratada pelo cumprimento integral das obrigações assumidas. A Administração dispõe de outros instrumentos legais e contratuais para prevenir e mitigar eventuais prejuízos decorrentes de inexecução total ou parcial, atraso na entrega, fornecimento em desconformidade ou descumprimento das condições pactuadas, incluindo a rejeição dos itens, a exigência de substituição, a retenção de pagamentos quando cabível e a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento convocatório.

Dessa forma, considerando a natureza comum dos bens a serem adquiridos, a possibilidade de fiscalização no recebimento provisório e definitivo, bem como os mecanismos legais de responsabilização da contratada, entende-se que a exigência de garantia contratual não se mostra indispensável à segurança da contratação, podendo ser dispensada sem prejuízo ao interesse público.

4.4. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Da requisição Mínima

4.5. Não serão admitidas propostas apenas para a requisição mínima; devendo a mesma, obrigatoriamente, contemplar o total solicitado por item.

Da vedação da Adesão

4.6. Não será permitida a adesão de outros órgãos a esse registro de preços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até 30 (trinta) dias após o envio da Ordem de compra emitida pelo setor responsável.

5.1.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2. Os bens deverão ser entregues no Almoxarifado Central da FUERN, no seguinte endereço: Avenida Lauro Monte, nº 340, Bairro Abolição - Mossoró/RN - CEP: 59619-000.

5.2.1. Para a entrega dos bens, o Contratado deverá encaminhar e-mail antecipadamente ao almoxarifado central através do seguinte endereço eletrônico: "almoxarifado@uern.br".

5.3. Serão aceitos apenas itens novos, de primeiro uso.

5.4. O fornecedor deverá disponibilizar toda a logística necessária para a entrega dos equipamentos dentro do prazo estipulado neste e em outros documentos contratuais.

5.5. Outros requisitos estão detalhados na lista de especificações.

5.6. As dúvidas sobre as especificações, conteúdo e demais aspectos que se refiram aos itens das aquisições deverão ser dirimidas junto à PROAD, no e-mail "dlc@uern.br" e "scd.dis@uern.br".

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.7. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), sem prejuízo de outro prazo individualmente estipulado na descrição do item na Tabela 1.1 acima.

5.8. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.9. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.10. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.11. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.12. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.13. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias, já incluído nesse prazo o tempo necessário para eventual retirada e devolução do bem, a cargo do Contratado.

5.14. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.15. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.16. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.17. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.18. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições

estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.16. Além do disposto nesta Sessão, o(s) fiscal (is) de contrato deverão observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.18. Além do disposto nesta Sessão, o gestor de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

Multa

7.2.4. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias

7.2.5. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o

máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.5.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.6. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.7. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.9. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.10. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o

teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.8. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.11.1. o prazo de validade;
- 8.11.2. a data da emissão;
- 8.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.11.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.11.5. o valor a pagar; e
- 8.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.14.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.14.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.19. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de Pagamento

8.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.23. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.24. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.25. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.26. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o

desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.30. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.31. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 23/01/2025.

8.32. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custo da Tecnologia da Informação - ICTI, calculado pelo IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.32.1. O reajuste com base no Índice de Custo da Tecnologia da Informação - (ICTI), visa manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos firmados na área de Tecnologia da Informação. O respectivo índice reflete a variação dos custos específicos do setor de Tecnologia sendo a mais indicada para a aquisição inserta neste processo.

8.33. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.34. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.35. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.36. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.37. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.38. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de Seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, conforme id 39088356.

Forma de Fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será aquele valor indicado na Tabela 1.1 alcançado por meio de regular pesquisa de preços id 38905647.

Exigências de Habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº

5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. A escolha dos critérios acima foi feita considerando o vulto e a complexidade do objeto a ser contratado, bem como a natureza dos bens e a essencialidade dos serviços a serem prestados, e os riscos decorrentes da paralisação do fornecimento ou prestação do serviços, em função da eventual incapacidade econômica da contratada em suportar vicissitudes contratuais, vislumbrando ainda a margem de discricionariedade da Administração em que somente pode trazer ao certame exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações (Inciso XXI, do Artigo 37 da CF/88); a fim de respeitar ainda o princípio da competitividade.

Qualificação Técnica

9.25. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.26. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Disposições Gerais Sobre Habilitação

9.27. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.28. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.29. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.30. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.31. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 1.023.900,33** (um milhão, vinte e três mil e novecentos reais e trinta e três centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1. acima, extraídos da Pesquisa de Preços id 38905647.**

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

11.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da **FUERN e a dotação é dispensada por força do artigo 164, §5º, Decreto Estadual nº 32.449/2023**

11.3. **A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes quando da contratação.**

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

O presente documento foi elaborado com base no modelo de Termo de Referência - Compras - Lei nº 14.133/2021 - Pregão Eletrônico - Versão: DEZEMBRO/2025 da AGU, bem como pela minuta padronizada da SEAD/RN no que cabe à legislação estadual, e segue assinado pela servidora Elaboradora, para ser aprovado pela Autoridade Competente.

Mossoró, data da assinatura eletrônica.

Ilânio Maurício Nunes

Diretoria de Licitações e Contratos

TNS - Matrícula 13.762-6



Documento assinado eletronicamente por **Vania Meyreli Paloma Mendes dos Santos, Agente Técnico(a) Especializado(a) da Unidade**, em 20/05/2026, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ilânio Maurício Nunes, Assistente Técnico(a) da Unidade**, em 20/05/2026, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **41430005** e o código CRC **992797EB**.

Referência: Processo nº 04410277.001089/2025-21

SEI nº 41430005



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

Processo nº 04410277.001089/2025-21

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - FUERN

ESTUDOS PRELIMINARES

Lei 14.133/2021, Art. 18, § 1º: O estudo técnico preliminar deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação.

1. Dados do Processo:

Órgão Responsável pela Contratação:	Superintendência de Tecnologia da Informação - STI / UERN
Objeto:	Registro de preços para aquisição aquisição de itens de informática para toda a instituição.
Local da entrega ou prestação do serviço:	Almoxarifado Central da Uern. Avenida Lauro Monte, nº 340, Bairro Abolição - Mossoró/RN - CEP: 59619-000
Nº do Processo:	Processo SEI-UERN: 04410277.001088/2025-87

2. Necessidade da contratação

- A presente demanda refere-se à necessidade de aquisição de insumos de Tecnologia da Informação (TI) destinados à modernização, ampliação e manutenção da infraestrutura tecnológica da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), visando assegurar o pleno funcionamento das Unidades Acadêmicas e Administrativas da instituição. A infraestrutura atual apresenta limitações frente às exigências operacionais, pedagógicas e científicas contemporâneas, o que impacta diretamente a execução das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária.
- A aquisição dos insumos de TI é necessária para garantir a continuidade e a melhoria dos serviços institucionais, considerando o crescente processo de digitalização das atividades acadêmicas e administrativas. A modernização do parque tecnológico constitui medida estratégica para elevar a qualidade do ensino, ampliar a capacidade de pesquisa e fortalecer as ações de extensão, além de assegurar maior eficiência, segurança da informação e confiabilidade dos sistemas utilizados pela UERN.
- As necessidades que fundamentam esta contratação foram identificadas a partir do processo de levantamento de demandas realizado no âmbito do **Orçamento Participativo 2026**, o qual evidenciou carências estruturais recorrentes e a necessidade de atualização tecnológica em diferentes setores da universidade, refletindo a participação ativa da comunidade acadêmica na definição das prioridades institucionais. Adicionalmente, a atualização da infraestrutura tecnológica possibilita a adoção de metodologias pedagógicas inovadoras, como o ensino híbrido e remoto, bem como a integração de plataformas digitais que otimizam fluxos administrativos e acadêmicos. No campo da pesquisa científica, a disponibilidade de recursos tecnológicos adequados é essencial para o desenvolvimento de atividades que demandam maior capacidade computacional, como análise de dados, automação, simulações e aplicações de inteligência artificial.

3. Referência ao Plano Anual de Contratações, entre outros documentos institucionais (PDI, PPA, etc)

- A Superintendência de Tecnologia da Informação - STI elaborou o Documento de Formalização de Demanda - DFD, considerando a necessidade explicitada no Processo SEI-UERN:04410277.001088/2025-87, **para atendimento às demandas inseridas no referido processo e consequente atendimento ao Orçamento Participativo 2026, além de demandas do Convênio 973867/2025 DEAD, para Itens de tecnologia da informação na UERN, conforme PCA 2026 (925543-40/2026)**
- Assim, os serviços elencados no DFD e ETP, estão previstos no PDI, conforme Meta (A) inserida na DIRETRIZ II do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI/UERN ([PDI](#)).**

4. Requisitos da Contratação:

Serão aceitos apenas itens novos, de primeiro uso. O fornecedor deverá disponibilizar toda a logística necessária para a entrega dos insumos dentro do prazo estipulado neste e em outros documentos contratuais. Outros requisitos estão detalhados na lista de especificações.

4.1. Natureza da Contratação:

Os objetos desta contratação são caracterizados como comuns, nos termos do Art. 6º, inciso XIII da lei 14.133 - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

4.2. Duração Inicial do Contrato e da Ata:

A duração dos contratos será de até 1 (um) ano, contado da publicação, adstrito ao exercício financeiro em que for celebrado, e deverão ser observadas, no momento da contratação a disponibilidade de créditos orçamentários. O prazo de vigência da **Ata de Registro** de preços será de 1 (um) ano, contado da publicação, e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme previsto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

No ato de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, desde que respeitado o disposto no Artigo 179 e seus parágrafos do Decreto Estadual nº 32.449/2023, do Rio Grande do Norte.

4.3. Sustentabilidade:

Os itens devem atender aos requisitos inseridos no item 20 (ODS 7,9,12,13 e 17) do "Guia de Contratações Sustentáveis", 8º Ed. Ano. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/agu-na-cop30/central-de-conteudos/edicao_2025_do_guiã_final_para_cop30.pdf/

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS 7, 9, 12, 13 e 17, que fazem parte da Agenda 2030 da ONU, um plano global para promover a prosperidade, proteger o meio ambiente e combater as mudanças climáticas, conforme citado acima os insumos são, quando não funcionais, devolvidos ao almoxarifado para concretização da política de desfazimento de bens. Por fim, a Pró-reitoria de Administração - PROAD, realiza através de leilão de equipamentos e insumos para reciclagem e/ou aproveitamento o despatrimoniamento e desfazimento dos materiais e equipamentos leiloados.

4.4. Padrões mínimos de qualidade:

Os itens de TI devem ser novos e de primeiro uso. Todos os insumos devem estar cobertos por garantia total, conforme exigido pela legislação atual (Anvisa/Anatel/Inmetro) quando aplicáveis. Os padrões de qualidade adicionais desta contratação estão detalhados na planilha de especificações, anexa a este documento ID.38722254;

As dúvidas sobre as especificações, conteúdo e demais aspectos que se refiram aos itens das aquisições deverão ser dirimidas junto à PROAD, no e-mail "dlc@uern.br" e "scd.dis@uern.br".

4.5. Transição Contratual:

Não serão necessários trâmites de transição contratual

4.6. Da Qualificação técnica:

A exigência de atendimento inciso VI do artigo 67 da Lei 14.133/2021, como critério de qualificação técnica para o fornecimento do objeto, demonstra uma preocupação da Administração Pública em garantir a seleção de uma empresa com a devida competência técnica para fornecimento do item demandado, além de assegurar que os insumos fornecidos possuam as características demandadas e fornecidas por empresa devidamente certificada e autorizada para o fornecimento do objeto.

Da análise de requisitos:

Inciso VI: A exigência de uma declaração de que a empresa tomou conhecimento de todas as informações e

condições do contrato visa assegurar que a empresa está ciente de suas obrigações e responsabilidades, minimizando o risco de futuras divergências e conflitos.

4.7 Do regime de execução aplicável à contratação em tela:

4.7.1 Conforme o Art. 6º, XIII e XXVIII da Lei 14.133/2021, conforme segue: "XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;" e " XXVIII - empreitada por preço unitário: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;"

4.7.2 Consideramos o respectivo regime de contratação em virtude de sua natureza. Pois não restringe a participação nem prejudica a economia de escala.

4.8. Da necessidade de vistoria

Considerando as características do objeto da contratação não haverá necessidade de realização de vistoria.

5. Estimativa das Quantidades e memória de cálculo

5.1 Da quantidade demandada:

As especificações, quantidades e valores estimados estão detalhadamente apresentados lista de itens, identificada pelo documento Id. 38722254;

5.2 Justificativa para aquisição dos itens de TI:

As estimativas de quantitativos para a presente contratação foram definidas com base nas demandas provenientes do **Orçamento Participativo**, no âmbito do qual cada unidade demandante — **Campi e Diretorias** — apresenta suas necessidades específicas, de acordo com suas realidades operacionais e prioridades institucionais. A partir desse levantamento, procedeu-se à consolidação e unificação das demandas, com vistas à elaboração do respectivo **Estudo Técnico Preliminar (ETP)**. Assim, Considerando as necessidades apresentadas e consolidadas pelos **Campi**, bem como pelas unidades acadêmicas e administrativas, e posteriormente encaminhadas à **Pró-Reitoria de Administração (PROAD)**, a qual, na sequência, remete as demandas à **Superintendência de Tecnologia da Informação (STI)** para abertura do processo de aquisição, conclui-se que a presente contratação **mostra-se adequada ao atendimento da necessidade a que se destina.**

A análise consolidada da planilha anexa demonstra que os insumos de Tecnologia da Informação (TI) previstos neste Estudo Técnico Preliminar foram dimensionados de forma criteriosa, técnica e fundamentada, a partir do levantamento efetivo das demandas apresentadas pelas unidades acadêmicas, administrativas e de pesquisa da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Os quantitativos foram estruturados considerando três níveis complementares — **requisição mínima, reserva técnica e total consolidado** —, assegurando o atendimento imediato das necessidades institucionais, ao mesmo tempo em que se preserva uma margem de segurança operacional capaz de mitigar riscos de desabastecimento, falhas operacionais ou crescimento imprevisto da demanda, em consonância com as boas práticas de planejamento das contratações públicas (Documento SEI nº 38667487).

Os itens elencados abrangem um conjunto amplo e integrado de soluções tecnológicas, incluindo, entre outros, notebooks, desktops, dispositivos móveis, monitores, nobreaks, projetores, equipamentos e insumos de rede, servidores, sistemas de armazenamento (storage) e acessórios diversos. Tais insumos são indispensáveis ao suporte das atividades finalísticas de ensino, pesquisa e extensão, bem como ao funcionamento regular da gestão administrativa institucional. A distribuição dos quantitativos evidencia a capilaridade territorial e organizacional da UERN, contemplando de forma equilibrada os 6 (seis) campi presenciais, os 14 (quatorze) polos de Educação a Distância, as pró-reitorias, unidades acadêmicas, setores administrativos e demais estruturas de apoio, conforme detalhamento por unidade solicitante constante na planilha consolidada (Documento SEI nº 38667487).

Destaca-se, ainda, que a estratégia de **padronização técnica** adotada — especialmente no que se refere aos insumos de rede, servidores, soluções de armazenamento e estações de trabalho — visa assegurar interoperabilidade, maior segurança da informação, facilidade de gerenciamento, racionalização de estoques, redução de custos de manutenção e ampliação da vida útil dos ativos tecnológicos. Tal abordagem encontra-se alinhada às aquisições anteriores da instituição, evitando a fragmentação tecnológica, reduzindo a complexidade operacional e mitig preventivamente riscos associados à incompatibilidade de equipamentos e à descontinuidade de soluções, conforme explicitado nas descrições técnicas constantes no referido documento.

O valor global estimado da contratação, apurado a partir da consolidação dos valores unitários e totais constantes na planilha anexa, reflete pesquisa de mercado compatível com as especificações técnicas exigidas e com o porte institucional da UERN, assegurando a observância do princípio da economicidade sem prejuízo à qualidade, à confiabilidade e ao desempenho dos bens a serem adquiridos. A estimativa contempla, ainda, itens com garantias estendidas, certificações técnicas e requisitos de sustentabilidade, o que contribui para a redução de custos futuros relacionados a manutenções corretivas, substituições prematuras e indisponibilidade de serviços essenciais.

Ressalta-se que a aquisição dos insumos listados possui caráter estratégico para a sustentação das atividades acadêmicas e administrativas que atendem a uma comunidade universitária composta por **744 docentes efetivos, 609 técnicos administrativos e 10.932 estudantes**, além de dar suporte direto à execução de **213 projetos de extensão** atualmente em desenvolvimento. A inexistência ou insuficiência desses recursos tecnológicos acarretaria riscos relevantes à continuidade administrativa, à qualidade do ensino, à produção científica, à inovação institucional e ao atendimento das demandas sociais vinculadas à missão da universidade.

Diante do exposto, e à luz das informações técnicas, quantitativas e financeiras consolidadas na planilha anexa, resta plenamente caracterizada a **necessidade**, a **adequação** e a **viabilidade** da contratação dos insumos de TI especificados neste Estudo Técnico Preliminar. O investimento proposto contribui de forma direta para o fortalecimento da infraestrutura tecnológica institucional, para o aumento da eficiência administrativa, para a segurança da informação e para o alcance das metas estratégicas da UERN, consolidando-se como medida indispensável ao pleno cumprimento de sua função social, acadêmica e institucional.

5.2 Da memória de cálculo:

O valor estimado para a aquisição dos itens demandados, seguem conforme Item 07 deste documento.

6. Levantamento de Mercado e Justificativa da Escolha do Tipo de Solução a Contratar

No âmbito da análise das soluções possíveis para o atendimento da necessidade institucional identificada, foram avaliadas as alternativas de **locação** e de **aquisição** dos insumos de Tecnologia da Informação (TI) demandados, considerando critérios técnicos, econômicos, operacionais e de sustentabilidade administrativa.

Solução 1 - Locação dos itens:

A locação apresenta, como principal vantagem, a redução do investimento inicial, possibilitando à instituição o acesso imediato aos insumos necessários sem a exigência de elevado desembolso financeiro no curto prazo. Contudo, essa modalidade implica custos recorrentes e continuados ao longo do tempo, que, quando analisados sob a perspectiva do ciclo de vida dos bens, tendem a superar o valor de aquisição definitiva. Além disso, a locação limita a autonomia institucional quanto à gestão, customização e padronização dos equipamentos, podendo gerar dependência contratual contínua, dificuldades de integração com a infraestrutura existente e riscos de descontinuidade do serviço em caso de encerramento ou não prorrogação contratual.

Solução 2 - Aquisição dos itens demandados:

A aquisição dos insumos, conforme as especificações técnicas detalhadas neste Estudo Técnico Preliminar, demanda investimento inicial mais elevado; entretanto, assegura à instituição a **propriedade definitiva dos bens**, permitindo sua utilização plena ao longo de toda a vida útil. Essa alternativa proporciona maior previsibilidade orçamentária, elimina custos recorrentes de locação, amplia a autonomia da UERN na gestão e manutenção dos ativos e favorece a padronização tecnológica, essencial para garantir interoperabilidade, segurança da informação e eficiência operacional. Ademais, a aquisição possibilita o aproveitamento dos bens em diferentes projetos e unidades, bem como sua realocação interna conforme as necessidades institucionais, o que não é viável em contratos de locação.

Sob a ótica da **economicidade**, da **eficiência administrativa** e do **planejamento de longo prazo**, a aquisição mostra-se mais vantajosa, especialmente considerando o caráter permanente e recorrente das demandas atendidas, a capilaridade institucional da UERN e a necessidade de continuidade dos serviços de ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa. Adicionalmente, a compra permite a incorporação de critérios de sustentabilidade, garantias estendidas e certificações técnicas, reduzindo custos futuros com substituições, manutenções corretivas e indisponibilidade de serviços essenciais.

Dessa forma, conclui-se que a **aquisição dos insumos de TI** configura-se como a solução mais adequada e eficiente para o atendimento da necessidade identificada, apresentando melhor relação custo-benefício ao longo do tempo e maior aderência aos objetivos institucionais da UERN, razão pela qual se justifica a opção pela compra em detrimento da locação.

Considerando as propostas apresentadas, será realizado uma análise prática com o objetivo de exemplificar as duas situações propostas;

Exemplo 1: Locação de computador desktop completo:

Conforme Pregão 35/2025, realizado pela Prefeitura Municipal de Municipal de Araçariguama

Item : Locação de Computador de mesa - Core i3, 12ª geração ou superior, 8 GB RAM, SSD 240 GB, monitor LED 18,5", com Windows 11 Pro e Office 365 instalados. Teclado ABNT2 e mouse 1300dpi

Valor da locação por 12 meses: R\$ 2.760,00

Análise Econômica Comparativa

Cenário 1 - Locação

A locação apresenta como principal vantagem a redução do investimento inicial, permitindo o uso imediato do equipamento sem necessidade de aquisição patrimonial. Entretanto, trata-se de uma despesa **recorrente**, cujo custo se acumula ao longo do tempo, sem geração de ativo para a instituição.

- **Custo anual (12 meses):** R\$ 2.760,00
- **Custo estimado em 36 meses (vida útil mínima):** R\$ 8.280,00
- **Custo estimado em 48 meses:** R\$ 11.040,00
- **Propriedade do bem:** Não
- **Incorporação ao patrimônio:** Não

Ao final do período contratual, a instituição não retém qualquer ativo, sendo necessária nova contratação para continuidade do uso.

Cenário 2 - Aquisição

Considerando valores médios de mercado para equipamentos com especificações equivalentes às descritas no exemplo

(desktop + monitor + periféricos + licenças), estima-se:

- **Custo médio de aquisição:** entre **R\$ 3.500,00 e R\$ 4.200,00** por unidade
- **Vida útil estimada:** mínimo de 4 a 5 anos
- **Propriedade do bem:** Sim
- **Incorporação ao patrimônio:** Sim

Mesmo considerando custos adicionais com garantia estendida, manutenção eventual e suporte técnico, o custo total ao longo da vida útil permanece significativamente inferior ao valor acumulado da locação.

Comparativo Sintético

Critério	Locação	Aquisição
Investimento inicial	Baixo	Médio
Custo em 12 meses	R\$ 2.760,00	R\$ 3.500,00 a R\$ 4.200,00
Custo em 36 meses	R\$ 8.280,00	Mantido
Custo em 48 meses	R\$ 11.040,00	Mantido
Propriedade do bem	Não	Sim
Patrimônio institucional	Não incorpora	Incorpora
Autonomia de gestão	Limitada	Total
Possibilidade de realocação	Não	Sim
Padronização tecnológica	Restrita	Ampla

Conclusão Técnica

A análise comparativa evidencia que, embora a locação represente menor impacto financeiro inicial, seu custo acumulado ao longo do tempo supera significativamente o valor de aquisição definitiva do equipamento, especialmente quando considerada a vida útil mínima de 4 a 5 anos, usual para computadores desktop em ambientes institucionais.

No caso do exemplo analisado, o custo da locação em **36 meses** já ultrapassa em mais de **100%** o valor médio estimado para aquisição do mesmo equipamento, sem qualquer retorno patrimonial. Assim, sob as óticas da **economicidade**, da **eficiência administrativa**, da **gestão patrimonial** e do **planejamento de longo prazo**, a **aquisição dos itens de TI** mostra-se claramente mais vantajosa para a Administração Pública, sobretudo quando as demandas são permanentes e recorrentes, como no contexto das atividades acadêmicas e administrativas da UERN. Após análise comparativa entre as alternativas apresentadas, opta-se pela **Solução 2 - Aquisição dos itens de tecnologia da informação**, por apresentar maior **vantagem técnico-econômica** à Administração Pública, nos termos do art. 20 da **Lei nº 14.133/2021**, que orienta a seleção da proposta mais vantajosa considerando o ciclo de vida do objeto. Ainda que a locação (Solução 1) represente menor desembolso inicial, ela impõe **custos permanentes de aluguel**, além de eventual dependência contratual e limitações quanto à customização, substituição e controle dos bens. A aquisição, embora requeira investimento imediato superior, elimina despesas contínuas, garante **patrimônio próprio à instituição** (com possibilidade de reaproveitamento e readequação dos itens em diferentes setores), além de **possibilitar a depreciação contábil**, conforme previsto na **Portaria STN nº 548/2015**. Essa alternativa confere **maior previsibilidade orçamentária**, evita reajustes inflacionários contratuais e permite melhor planejamento de longo prazo.

De acordo com o **Guia de Boas Práticas da Estratégia de Governança Digital (EGD)**, instituído pelo Decreto nº 10.332/2020, recomenda-se que as aquisições de TI estejam alinhadas ao planejamento estratégico institucional, priorizando **eficiência, economicidade e sustentabilidade**. Dessa forma, a Solução 2 atende aos princípios da **eficiência (art. 11 da Lei 14.133/2021)**, da **economicidade e do interesse público**, assegurando retorno duradouro e autonomia tecnológica à instituição, o que justifica sua escolha como alternativa mais vantajosa.

7. Estimativa preliminar de preços:

Valor total preliminar/aproximado: R\$ 959.787,85;

A estimativa do valor da contratação foi estabelecida com base em contratações anteriores de objeto similar, considerando os parâmetros históricos de aquisição adotados pela Administração, de modo a subsidiar a definição de referência compatível com a realidade institucional e mercadológica. Os Valores são preliminares e foram extraídos de planilha previamente encaminhada pela Pró-reitoria de Administração - PROAD, através do processo SEI-UERN: 04410034.001391/2025-32

8. Descrição da Solução como um todo:

Considerando a viabilidade técnica e econômica, efetividade na aplicação dos recursos públicos e atendimento direto das unidades da UERN, conclui-se que a **aquisição definitiva dos insumos**, por meio de registro de preços, constitui a **solução mais eficiente, vantajosa e alinhada ao interesse público**, conforme previsto no Art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

8.1 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

8.1.1 Segue em conformidade com o estabelecido no Documento "Lista de Itens" Id.38722254;

8.1.2 Do Ciclo de vida do objeto:

A solução proposta consiste na aquisição definitiva de insumos e equipamentos de Tecnologia da Informação, por meio de Sistema de Registro de Preços, destinados à modernização, ampliação, padronização e manutenção da infraestrutura tecnológica da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. A contratação contempla bens de uso permanente e recorrente, necessários ao suporte das atividades acadêmicas, administrativas, de pesquisa e extensão, com previsão de atendimento às unidades acadêmicas, administrativas, campi presenciais, polos de Educação a Distância e demais setores institucionais. A descrição da solução considera o ciclo de vida completo do objeto, compreendido desde a fase de planejamento da aquisição, definição das especificações técnicas, seleção da proposta mais vantajosa, entrega, recebimento provisório e definitivo, incorporação patrimonial, instalação, configuração e disponibilização dos bens às unidades demandantes, até sua efetiva utilização, manutenção, eventual remanejamento interno, substituição por obsolescência ou desgaste e posterior desfazimento ou descarte ambientalmente adequado, quando encerrada sua vida útil.

Durante a fase de utilização, os bens adquiridos deverão ser empregados de forma racional e compatível com suas finalidades institucionais, observando-se os requisitos de padronização, interoperabilidade, segurança da informação, eficiência operacional e sustentabilidade. A padronização tecnológica prevista no ETP contribui para facilitar a gestão dos ativos, reduzir custos de manutenção, otimizar estoques de peças e acessórios, permitir maior reaproveitamento dos equipamentos e ampliar sua vida útil, evitando substituições prematuras e reduzindo riscos de descontinuidade dos serviços de TI. **No que se refere à sustentabilidade, os itens devem atender aos requisitos inseridos no item 20, relativo aos ODS 7, 9, 12, 13 e 17, do "Guia de Contratações Sustentáveis", 8ª edição, ano 2025, disponível em: https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/agu-na-cop30/central-de-conteudos/edicao_2025_do_guiu_final_para_cop30.pdf.** Tal exigência visa assegurar que a aquisição observe critérios ambientais, sociais e de governança compatíveis com a natureza dos bens de Tecnologia da Informação, especialmente quanto à eficiência energética, inovação, consumo e produção responsáveis, mitigação de impactos climáticos e cooperação institucional para o desenvolvimento sustentável.

No que se refere à manutenção e ao suporte, a solução considera a necessidade de acompanhamento técnico pela Administração, por meio da designação de gestor e fiscais do contrato, bem como da atuação das equipes técnicas responsáveis pela verificação da conformidade, instalação, operacionalização inicial, registro de ocorrências e orientação às unidades beneficiadas. Além disso, a exigência de itens novos, de primeiro uso, com garantia e atendimento às certificações aplicáveis, quando pertinentes, contribui para reduzir riscos de falhas, custos corretivos não previstos, paralisações de serviços e prejuízos à continuidade das atividades institucionais. A aquisição definitiva também permite maior autonomia à UERN quanto à gestão dos bens ao longo de sua vida útil, possibilitando sua realocação entre setores conforme a evolução das demandas institucionais, o crescimento das atividades acadêmicas e administrativas, a implantação de novos projetos e a necessidade de substituição de equipamentos obsoletos. Essa característica diferencia a aquisição da locação, uma vez que os bens passam a integrar o patrimônio institucional, permitindo melhor planejamento de longo prazo, aproveitamento continuado dos ativos e redução de despesas recorrentes.

Quanto aos impactos e custos associados ao ciclo de vida do objeto, foram considerados os riscos de obsolescência tecnológica, necessidade de manutenção, consumo energético, substituições futuras, compatibilidade com a infraestrutura existente, garantias, certificações técnicas e requisitos de sustentabilidade. A escolha da solução busca minimizar custos totais ao longo do tempo, não apenas o desembolso inicial, observando a economicidade, a eficiência administrativa e a vantajosidade da contratação sob a perspectiva do uso continuado dos bens. **Por fim, ao término da vida útil dos equipamentos e insumos, a Administração deverá observar os procedimentos internos de controle patrimonial, avaliação de reaproveitamento, remanejamento, baixa, desfazimento ou descarte, conforme a natureza do bem e a legislação aplicável, priorizando sempre que possível o reaproveitamento institucional, a destinação ambientalmente adequada e a mitigação de impactos ambientais decorrentes de resíduos eletroeletrônicos. Dessa forma, a solução atende ao art. 18, § 1º, XII, da Lei nº 14.133/2021, por contemplar não apenas a execução contratual, mas a visão integral do objeto durante toda a sua vida útil, incluindo uso, manutenção, custos, riscos, sustentabilidade e descarte final.**

8.2 DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

8.2.1 O endereço de entrega dos insumos de TI a que se refere o item anterior é: Avenida Lauro Monte, nº 340, Bairro Abolição - Mossoró/RN - CEP: 59619-000, devendo o licitante encaminhar e-mail antecipadamente ao almoxarifado central através do seguinte endereço eletrônico: "almoxarifado@uern.br";

8.2.2 Os materiais deverão ser entregues em até 30 dias após o envio da Ordem de compra emitida pelo setor responsável;

8.2.3 Os itens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste documento e na proposta.

8.2.4 Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste documento e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.2.5 Os itens serão recebidos definitivamente no prazo de 15(quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

- 8.2.6** Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 8.2.7** O recebimento provisório ou definitivo dos bens não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 8.2.8** A cobrança/faturamento pela CONTRATADA fica condicionada à efetiva entrega do material e expressa aceitação pela equipe de fiscalização técnica.
- 8.2.9** Caso o fornecedor entregue parcialmente a quantidade contratada, o faturamento será proporcional à quantidade efetivamente entregue, na proporção do que for aceito pela equipe de fiscalização técnica, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 8.1.10** O prazo fixado poderá ser prorrogado, em caráter excepcional, mediante solicitação fundamentada da contratada, sendo o deferimento resguardado à Administração, que observará critérios de conveniência e oportunidade
- 8.1.11 A contratação deverá ocorrer nos moldes do Sistema Registro de Preços, conforme exigências da legislação vigente.**
- 8.1.12** O critério de julgamento deverá ser o de menor preço por item, tendo em vista que a mesma não restringirá o caráter competitivo do certame.

8.3 DA REQUISIÇÃO MÍNIMA

- 8.3.1** Não serão admitidas propostas apenas para a requisição mínima; devendo a mesma, obrigatoriamente, contemplar o total solicitado por item.
- 8.3.2** Justifica-se tal exigência em função das características gerais da lista de itens; que apresenta uma grande quantidade de itens com alto quantitativo unitário. Desta feita, permitir proposta parciais poderia tornar o quantitativo remanescente pouco atrativo aos demais fornecedores/licitantes, concorrendo para o seu fracasso.

8.4 DA SUBCONTRATAÇÃO

8.4.1 Não será permitida a subcontratação, conforme

NOTA TÉCNICA Nº 1/2024/UERN - PROAD - ASSESSORIA/UERN - PROAD/UERN - REITORIA:

"Artigo 11. Nas contratações da Fuern, somente será permitido a subcontratação para os casos de Obras e Serviços de Engenharia, devendo estar previsto no Estudo Técnico Preliminar da Contratação, nos termos da Legislação.

P. Único: Nos casos de serviços em que couber a subcontratação, o demandante deverá fazer constar no Estudo Técnico Preliminar justificativa adequada ao caso concreto, estabelecendo seus limites e condições, inclusive especificando quais parcelas do objeto poderão ser subcontratadas"

8.5 DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Será dispensada a exigência de garantia contratual, tendo em vista que, pelas características do objeto, tal exigência pode representar restrição desnecessária à competitividade do certame. A imposição de garantia poderia dificultar ou inviabilizar a participação de licitantes que, embora possuam capacidade técnica, operacional e econômica para fornecer os itens demandados, não disponham de disponibilidade financeira imediata para imobilização de valores em garantia. Ressalta-se que a dispensa da garantia contratual não afasta a responsabilidade da contratada pelo cumprimento integral das obrigações assumidas. A Administração dispõe de outros instrumentos legais e contratuais para prevenir e mitigar eventuais prejuízos decorrentes de inexecução total ou parcial, atraso na entrega, fornecimento em desconformidade ou descumprimento das condições pactuadas, incluindo a rejeição dos itens, a exigência de substituição, a retenção de pagamentos quando cabível e a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento convocatório.

Dessa forma, considerando a natureza comum dos bens a serem adquiridos, a possibilidade de fiscalização no recebimento provisório e definitivo, bem como os mecanismos legais de responsabilização da contratada, entende-se que a exigência de garantia contratual não se mostra indispensável à segurança da contratação, podendo ser dispensada sem prejuízo ao interesse público.

8.6 DO ÍNDICE DE REAJUSTE

O índice de reajuste indicado é o índice de Custo da Tecnologia da informação - ICTI, calculado pelo IPEA; O reajuste com base no Índice de Custo da Tecnologia da informação - (ICTI), visa manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos firmados na área de Tecnologia da Informação; O respectivo índice reflete a variação dos custos específicos do setor de Tecnologia sendo a mais indicada para a aquisição insere neste processo.

8.7 DA FISCALIZAÇÃO

Ao finalizar-se o processo de contratação, a Administração deverá designar um Fiscal técnico, Administrativo e Gestor para análise e verificação da conformidade da disponibilização e devida instalação da solução adquirida.

8.8 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

8.8.1 Além dos critérios de habilitação usualmente requeridos, tais como certidões de insolvência, falência e balanço patrimonial; recomenda-se que a licitante atenda ao determinado no Art.8º da

NOTA TÉCNICA Nº 1/2024/UERN - PROAD - ASSESSORIA/UERN - PROAD/UERN - REITORIA, conforme segue:

"Artigo 8º. A exigência de documentação para comprovação da habilitação econômico-financeira a ser incluída no Termo de Referência e Edital será restrita à apresentação de:

I – Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de

pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

II - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Artigo 9º. Para as aquisições de bens, contratações de serviços em geral e serviços terceirizados sem dedicação exclusiva de mão de obra, serão exigidos apenas os requisitos I e II do Art. 8º desta Nota Técnica.

§1º. Considerando o vulto e a complexidade do objeto a ser contratado, bem como a natureza

8.8.2 Justificativa para utilização da NOTA TÉCNICA Nº 1/2024/UERN - PROAD - ASSESSORIA/UERN - PROAD/UERN - REITORIA

Para a contratação em tela, que trata da aquisição de insumos e materiais de tecnologia da informação e comunicação (TIC), entende-se necessária a exigência de documentos mínimos de qualificação econômico-financeira como a certidão negativa de falência e, no caso de sociedade simples ou pessoa física, certidão negativa de insolvência civil. Esses documentos permitem verificar se o fornecedor está em situação financeira estável e se possui condições mínimas para assumir obrigações contratuais;

A exigência é objetiva e não impõe ônus excessivo aos licitantes, tendo como finalidade assegurar que a empresa não se encontra em estado de insolvência ou falência que comprometa a entrega dos bens.

Dessa forma, considera-se que a documentação exigida é suficiente, pertinente e proporcional para garantir segurança à Administração, sem comprometer a ampla participação dos interessados.

9. Justificativas para o Parcelamento ou não da Solução:

Considerando a demanda apresentada, O critério de julgamento será o de menor preço por item, tendo em vista que a mesma não restringirá o caráter competitivo do certame, muito menos a perda da economia de escala

10. Demonstrativo dos Resultados Esperados:

A contratação dos bens de informática descritos neste documento, vinculada ao processo SEI-UERN nº 04410277.001089/2025-21, tem como finalidade promover a modernização, a ampliação e o fortalecimento da infraestrutura de Tecnologia da Informação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), assegurando condições adequadas para o pleno desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa.

Com a disponibilização dos novos recursos tecnológicos, espera-se o atendimento integral das unidades acadêmicas e administrativas da instituição, abrangendo os campi presenciais, os polos de Educação a Distância (EaD), os setores administrativos e as estruturas de apoio à pesquisa. A contratação possibilitará a substituição de equipamentos obsoletos, a ampliação da capacidade operacional e a padronização tecnológica, resultando em maior eficiência, confiabilidade e segurança no uso dos sistemas institucionais.

No âmbito administrativo, os resultados esperados incluem maior agilidade nos processos internos, otimização dos fluxos de trabalho, melhoria da governança de TI e fortalecimento dos mecanismos de segurança da informação, reduzindo riscos de indisponibilidade de serviços essenciais. No campo acadêmico, a modernização tecnológica proporcionará melhores condições para a adoção de metodologias de ensino híbrido e mediadas por tecnologias digitais, bem como para o desenvolvimento de pesquisas científicas e a execução das ações de extensão universitária.

A contratação contribuirá, ainda, para a redução do passivo tecnológico institucional, mitigando riscos operacionais associados à obsolescência dos itens de TI e promovendo maior sustentabilidade administrativa, com redução de custos recorrentes de manutenção corretiva e substituições emergenciais. A adoção de bens de informática modernos e padronizados encontra-se alinhada às diretrizes nacionais de transformação digital, notadamente aquelas previstas no Decreto nº 10.332/2020 e nos marcos da Estratégia de Governo Digital.

Dessa forma, a contratação permitirá à UERN consolidar sua missão institucional, elevar a qualidade dos serviços prestados à comunidade acadêmica e à sociedade, ampliar seu impacto social e assegurar a utilização eficiente, responsável e alinhada aos princípios da economicidade e da eficiência dos recursos públicos investidos.

11. Providências a serem adotadas pela Administração:

Após a finalização do processo licitatório e a devida homologação dos resultados para cada item, a Administração adotará as providências necessárias para garantir a correta execução contratual. Entre essas medidas, será realizada a designação formal do Gestor e dos Fiscais do contrato, conforme previsto no art. 117 da **Lei nº 14.133/2021**, responsáveis por acompanhar, supervisionar e fiscalizar todas as etapas de recebimento dos bens adquiridos.

Esses agentes atuarão diretamente na verificação da conformidade técnica dos insumos de TI, entregues, assegurando que atendam às especificações estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos que compõem o processo. Além disso, caberá a eles orientar as unidades beneficiadas quanto ao uso correto e adequado dos materiais e insumos de TI, bem como providenciar, quando necessário, o suporte técnico para instalação e operacionalização inicial.

A atuação dos fiscais também incluirá o registro de ocorrências, elaboração de relatórios e comunicação com os setores competentes em caso de inconformidades, garantindo a transparência e a rastreabilidade de todas as fases da execução. Cada unidade acadêmica e administrativa contará com o apoio de técnicos locais, que auxiliarão na operacionalização e acompanhamento da utilização dos itens, promovendo sua integração eficaz às

rotinas institucionais.

Essa abordagem assegura a plena funcionalidade dos materiais e insumos de TI, adquiridos, a correta aplicação dos recursos públicos e a preservação do patrimônio institucional, conforme as boas práticas de gestão pública e os princípios da eficiência, economicidade e legalidade.

Informo ainda, que os respectivos fiscais técnicos(equipe de TI) e administrativos já são capacitados para atuação nos respectivos contratos a serem formalizados.

12. Descrição de possíveis impactos ambientais:

Segue conforme Item 4.3 do respectivo documento.

As respectivas certificações, quando solicitadas, serão demandadas apenas para insumos de TI que não possuam comprovação de atendimento em seus manuais e documentações, sendo verificadas nas propostas encaminhadas para os itens deste instrumento.

Trata-se de uma forma de mitigação para possíveis impactos ambientais previstos no respectivo Guia de Contratações Sustentáveis.

13. Contratações correlatas ou interdependentes

Não há contratações em andamento com o mesmo objeto(descrição e especificidades) a esta contratação.

14. Declaração da viabilidade ou não da contratação:

Com base nas análises técnicas, administrativas, quantitativas e financeiras realizadas no âmbito deste Estudo Técnico Preliminar e do respectivo Termo de Referência, declara-se **viável** a contratação para aquisição dos bens de informática destinados à modernização e ao fortalecimento da infraestrutura de Tecnologia da Informação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

A viabilidade técnica da contratação encontra-se devidamente comprovada pela compatibilidade das especificações dos itens com a infraestrutura tecnológica existente, pela padronização adotada, pela aderência às necessidades operacionais das unidades acadêmicas e administrativas e pela adequação dos insumos às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional. As especificações técnicas constantes na planilha consolidada garantem interoperabilidade, segurança da informação, facilidade de manutenção e eficiência operacional.

Sob o aspecto administrativo, a contratação mostra-se exequível, uma vez que o modelo proposto — notadamente a utilização do Sistema de Registro de Preços — confere flexibilidade, racionalização das aquisições, agilidade no fornecimento e adequado gerenciamento dos quantitativos, considerando a distribuição dos itens entre requisição mínima, reserva técnica e total consolidado, conforme boas práticas de planejamento.

Quanto à viabilidade econômica, a estimativa de custos foi elaborada com base em pesquisa de mercado compatível com o porte institucional da UERN e com as especificações técnicas exigidas, assegurando observância aos princípios da economicidade e da eficiência. O valor global estimado da contratação reflete equilíbrio entre custo e qualidade, contemplando itens com garantias, certificações técnicas e requisitos de sustentabilidade, o que contribui para a redução de custos futuros com manutenções corretivas, substituições emergenciais e indisponibilidade de serviços essenciais.

Adicionalmente, a contratação encontra respaldo orçamentário e alinhamento com o planejamento institucional, tendo sido fundamentada em demandas consolidadas no processo de Orçamento Participativo e nos levantamentos realizados junto às unidades solicitantes. A não realização da contratação implicaria riscos relevantes à continuidade administrativa, à qualidade do ensino, à produção científica e ao atendimento das atividades institucionais da universidade.

Diante do exposto, conclui-se que a contratação pretendida é **tecnicamente adequada, administrativamente exequível e economicamente vantajosa**, mostrando-se plenamente viável e necessária para o atendimento do interesse público, em conformidade com os objetivos estratégicos da UERN e com os princípios que regem as contratações públicas.

15. Responsabilidade pela Elaboração e Conteúdo do Documento:

Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que compila os Estudos Preliminares desta unidade demandante e que o mesmo traz os conteúdos, conforme diretrizes estabelecidas pela Universidade.

Marcos Derby de Sousa Lima
Setor de Controle de Dados - SCD
Superintendência de Tecnologia da Informação STI
Mossoró-RN, datado eletronicamente



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Derby de Sousa Lima, Chefe da Unidade**, em 18/05/2026, às 09:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **41396480** e o código CRC **7EF5D9D7**.

Referência: Processo nº 04410277.001089/2025-21

SEI nº 41396480



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Rua Almino Afonso, 478 - Bairro Centro, Mossoró/RN, CEP 59610-210
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - http://portal.uern.br/

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 04410277.001089/2025-21

Unidade Gestora: **FUERN**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/2026-
FUERN, QUE FAZEM ENTRE SI A FUNDAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
NORTE - FUERN E
.....

A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - FUERN, Instituição de Ensino Superior incorporada à Administração Pública do Estado do Rio Grande do Norte por via da Lei Estadual nº 5.546, de 08 de janeiro de 1987, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.258.295/0001-02, na Rua Doutor Almino Afonso, nº 478, Centro, 59.610.210, Mossoró-RN, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 20..., publicada no de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 04410277.001089/2025-21 e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto 32.449/23, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 08/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de itens de informática para toda a instituição, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um ano) contado da publicação do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

3.1. O prazo de entrega dos bens é de até 30 (trinta) dias após o envio da Ordem de compra emitida pelo setor responsável.

3.1.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.2. Os bens deverão ser entregues no Almoxarifado Central da FUERN, no seguinte endereço: Avenida Lauro Monte, nº 340, Bairro Abolição - Mossoró/RN - CEP: 59619-000.

3.2.1. Para a entrega dos bens, o Contratado deverá encaminhar e-mail antecipadamente ao almoxarifado

central através do seguinte endereço eletrônico: "almoxarifado@uern.br".

3.3. Serão aceitos apenas itens novos, de primeiro uso.

3.4. O fornecedor deverá disponibilizar toda a logística necessária para a entrega dos equipamentos dentro do prazo estipulado neste e em outros documentos contratuais.

3.5. Outros requisitos estão detalhados na lista de especificações.

3.6. As dúvidas sobre as especificações, conteúdo e demais aspectos que se refiram aos itens das aquisições deverão ser dirimidas junto à PROAD, no e-mail "dlc@uern.br" e "scd.dis@uern.br".

Garantia, manutenção e assistência técnica

3.7. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), sem prejuízo de outro prazo individualmente estipulado na descrição do item na Tabela 1.1 acima.

3.8. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

3.9. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

3.10. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

3.11. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

3.12. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

3.13. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias, já incluído nesse prazo o tempo necessário para eventual retirada e devolução do bem, a cargo do Contratado.

3.14. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

3.15. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

3.16. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

3.17. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

3.18. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

4. CLÁUSULA QUARTA - MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

4.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

4.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

4.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

4.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

4.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

4.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

4.9. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a

correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

4.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

4.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

4.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

4.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

4.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

4.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

4.16. Além do disposto nesta Sessão, o(s) fiscal (is) de contrato deverão observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.

Gestor do Contrato

4.17. Cabe ao gestor do contrato:

4.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

4.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

4.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

4.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

4.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

4.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

4.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

4.18. Além do disposto nesta Sessão, o gestor de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449, de 2022.

5. CLÁUSULA QUINTA - SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.1.1. A vedação à subcontratação se justifica por se tratar de contratação que objetiva a aquisição de itens de grande necessidade técnica. Permitir a subcontratação, total ou parcial, enfraqueceria a garantia da execução do contrato, por transferir a terceiros a obrigação, e poderia gerar conflitos de interesse ou falhas de fiscalização.

6. CLÁUSULA SEXTA - PREÇO

6.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx).

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, no **prazo de 15 (quinze) dias**, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no **prazo de 15 (quinze) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no **prazo de 15 (quinze) dias**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.8. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.11.1. o prazo de validade;
- 7.11.2. a data da emissão;
- 7.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.11.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.11.5. o valor a pagar; e
- 7.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.14.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.14.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.19. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação

da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de Pagamento

- 7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.
- 7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.23. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.24. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

- 7.25. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 7.26. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 7.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 7.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 7.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.
- 7.30. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE

Reajuste

- 8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice de Custo da Tecnologia da Informação - ICTI, calculado pelo IPEA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.2.1. **O reajuste com base no Índice de Custo da Tecnologia da Informação - (ICTI), visa manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos firmados na área de Tecnologia da Informação. O respectivo índice reflete a variação dos custos específicos do setor de Tecnologia sendo a mais indicada para a aquisição inserta neste processo.**
- 8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 9.1. São obrigações do CONTRATANTE:
- 9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 9.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou

irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

- 9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 9.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 9.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 9.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da **Procuradoria Geral do Estado** para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 9.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 9.1.8.1. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 9.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **30 (trinta) dias**.

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 10.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 10.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 10.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
 - 10.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 10.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 10.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
 - 10.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
 - 10.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.
- 10.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 10.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 10.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 10.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 10.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 10.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 10.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

- 10.15. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 10.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 10.17. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 10.18. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 10.19. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 10.20. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 10.21. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.
- 11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 11.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 11.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 11.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 11.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 12.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.1.1. A motivação para a não exigência é o aumento do custo da participação do licitante em decorrência da eventual exigência de garantia da contratação, com crescimento do risco de diminuição da competitividade nos citados certames (art. 37, XXI, CF/88).
- 12.2. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 13.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 13.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

Multa

- 13.2.4. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 13.2.5. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
 - 13.2.5.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 13.2.6. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
- 13.2.7. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
- 13.2.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.
- 13.2.9. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.
- 13.2.10. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

13.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

13.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

13.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 13.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 13.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 13.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 13.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 13.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

13.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.15. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

14.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

14.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.7.3. Das indenizações e multas.

14.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

14.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

14.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

14.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da **FUERN** deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I - Gestão/unidade: [...];
- II - Fonte de recursos: [...];
- III - Programa de trabalho: [...];
- IV - Elemento de despesa: [...]; e
- V - Plano interno: [...]; e
- VI - Nota de empenho: [...].

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO

19.1. Fica eleito o Foro da **Justiça Estadual, Comarca de Mossoró**, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-
2-

Modelo da AGU - Modelo de Termo de Contrato para Licitação e Contratação Direta - Compras - Lei nº 14.133, de 2021.
Atualização: DEZ/2025, Id.40009672



Documento assinado eletronicamente por **Geovani Carlos de Andrade Filho, Diretor(a) da Unidade**, em 31/05/2026, às 08:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elza Thays Farias de Lucena, Técnico(a) Administrativo(a) da Unidade**, em 31/05/2026, às 10:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **41648818** e o código CRC **F6AB1A5F**.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MINUTA

A **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - FUERN**, Instituição de Ensino Superior incorporada à Administração Pública do Estado do Rio Grande do Norte por via da Lei Estadual n.º 5.546, de 08 de janeiro de 1987, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.258.295/0001-02, na Rua Doutor Almino Afonso, 478, Centro, 59.610.210, Mossoró-RN, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria n.º, de de de 20..., publicada no de de de, portador da Matrícula Funcional n.º, considerando o julgamento da [licitação na modalidade de **pregão**, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS n.º/202..., publicada no de/202..., processo administrativo n.º **04410277.001089/2025-21**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Estadual nº 32.449, de 07 de março de 2023, Lei Complementar Estadual nº 675 de 06 de novembro de 2020** e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **aquisição de itens de informática para toda a instituição**, especificado(s) no(s) item(ns) XX do Termo de Referência, anexo XX do edital de licitação n.º xxxx/xxxx, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor:			(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
Grupo	Item	Descrição do Item (Objeto)	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unid.	Quant. Máxima	Quant. Mínima	Valor Unit.	Prazo garantia ou validade
1	1								
2									

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será **a Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.**

3.2. **Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.**

4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. **Não será permitida a adesão de outros órgãos a esse registro de preços.**

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **01 (um) ano, contado da publicação**, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições

para formalização da ata de registro de preços:

- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
 - 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
 - 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
 - 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
 - 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
 - 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item Erro: Origem da referência não encontrada e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
 - 5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
 - 5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
 - 6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
 - 6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
 - 6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço

registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1., sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4., e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2. e no item 7.2.1., o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1. será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que,

convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada eletronicamente, e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada eletronicamente pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Modelo da AGU - Ata de Registro de Preços - Lei nº 14.133, de 2021, atualização: NOV/2025

Exclusão da cláusula de Remanejamento das Quantidades Registradas devido e inexistência de participantes e vedação a adesão à ata de registro de preços.

Há referência subsidiária ao Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, tendo em vista que alguns dispositivos adotados na minuta da AGU, não estão expressamente contemplados no decreto estadual, sendo o decreto federal utilizado como complemento normativo compatível.



Documento assinado eletronicamente por **Elza Thays Farias de Lucena, Técnico(a) Administrativo(a) da Unidade**, em 13/03/2026, às 12:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Geovani Carlos de Andrade Filho, Diretor(a) da Unidade**, em 13/03/2026, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **40014099** e o código CRC **D458608E**.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MINUTA

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

À
Licitações e Contratos da UERN
Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Mossoró-RN

Referência: Pregão Eletrônico SRP nº 08/2026 - FUERN.

Pelo presente instrumento, vimos apresentar nossa proposta de preços relativa ao objeto desta licitação, bem como as informações, condições da proposta e declarações exigidas no Edital do pregão acima citado.

Razão Social:		CNPJ:	
Representante Legal:		CPF:	
Endereço completo:			
Inscrição Estadual Nº:		Telefone	
Inscrição Municipal Nº:		E-mail:	
Banco:		Agência:	
Conta-Corrente:			

1. PLANILHA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	UNID.	QUANT. TOTAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Total dos itens:						
Alíquota do ICMS ou ISS*:						
Valor do ICMS ou ISS*:						
Valor líquido dos itens:						

*Aplicar apenas quando for o caso.

2. CONDIÇÕES GERAIS DA PROPOSTA

- 2.1. A presente proposta é válida por **60 (sessenta)** dias contados da data de sua apresentação.
- 2.2. Pelo presente, a empresa acima qualificada, por meio do signatário, que legalmente a representa, declara e garante que:
- a) examinou cuidadosamente todo o Edital e Anexos e aceita todas as condições nele estipulados e que, ao assinar a presente declaração, renuncia ao direito de alegar discrepância de entendimento com relação ao Edital;
 - b) que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para cumprimento das obrigações, objeto da presente licitação.

Local, ____ de ____ de ____

nome e assinatura do representante legal
número da carteira de identidade e/ou CPF

Obs.: Encaminhamento obrigatório, antes e imediatamente após a fase de lances, no caso de proposta melhor classificada.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Victor Pinheiro Azevedo, Técnico(a) Administrativo(a) da Unidade**, em 17/03/2026, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **40095423** e o código CRC **3616602B**.

Referência: Processo nº 04410277.001089/2025-21

SEI nº 40095423